

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 7 DE OUTUBRO DE 2014

NÚMERO 6.742

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascarí
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Chiodini - Presidente
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Daniel Tozzo
Paulo França
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Eni Voltolini
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Taxista Voltolini
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Ciro Roza
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascarí
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Daniel Tozzo
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Taxista Voltolini
Ciro Roza
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Daniel Tozzo
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Eni Voltolini
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Ciro Roza
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Paulo França
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Taxista Voltolini
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Paulo França
Taxista Voltolini
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Dado Cherem
Eni Voltolini
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 077ª Sessão Ordinária realizada em 16/07/2014.....2 Ata da 019ª Sessão Extraordinária realizada em 16/07/2014..... 10 Ata da 020ª Sessão Extraordinária realizada em 16/07/2014..... 11</p> <p>Atos da Mesa Atos da Presidência DL 15</p> <p>Publicações Diversas Aviso de Resultado 15 Extrato..... 15 Portarias 16 Projetos de Lei 20</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 077ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência comunica que recebeu correspondência, na data de hoje, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Sr. presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, em função de minha posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nesta data, tomando por consequência incompatível o exercício do mandato de deputado estadual que exerço atualmente, requiro que sejam aplicados os ditames constitucionais decorrentes das hipóteses previstas, dentre os quais a declaração de vacância do cargo eletivo que ocupei até a presente data.

Colho da oportunidade para deixar registrado os meus sinceros agradecimentos a todos os meus colegas deputados, extensivos a todo o corpo funcional desta Casa Legislativa, pela forma como fui tratado durante o exercício dos meus mandatos parlamentares.

Atenciosamente,
Luiz Eduardo Cherem"[sic]

Determino à assessoria da Casa que tome as providências necessárias para o encaminhamento deste requerimento.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, sr. presidente.

Quero somente registrar a presença, nesta Casa, do nosso atuante vereador do

município de Braço do Norte, Valberto Michels, do Partido dos Trabalhadores, que nos honra, hoje, com a sua visita a este Poder.

Então, quero agradecer a presença do referido vereador, nosso deputado municipal de Braço do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também registra e agradece a presença da liderança apontada por v.exa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, em legítima defesa do seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, pela deixa e também pelo eminente.

Eu quero continuar aqui hoje um debate que fazíamos na semana passada a respeito dos índices de criminalidade, da falta de segurança na sociedade brasileira em geral, catarinense e, particular.

Na semana passada, trouxe dados da revista *Carta Capital* que coloca o Brasil como o país com o maior número absoluto de assassinatos, de homicídios no ano de 2012, com 56.337 homicídios. Em número absoluto, é o maior número do planeta. É o país que tem a taxa de campeão em número absoluto de

homicídios, segundos dados de 2012. Em números relativos, em percentual, fica em 12º lugar.

Eu fui até um ponto desse debate e depois não consegui fazer uma inflexão e uma reflexão maior a respeito do assunto. E queria começar hoje lendo uma carta endereçada a mim por um cidadão, líder comunitário, de Blumenau, a respeito, não de homicídios, mas de criminalidade em geral, especificamente de furto de veículos.

(Passa a ler.)

"Aqui em Blumenau e região temos um problema muito grave quanto ao furto de veículos. Estão roubando muitos veículos diariamente e nada é feito pelas autoridades, a não ser o registro de furto, para fins de ressarcimento pela seguradora. No mais, o boletim de ocorrência vai para a gaveta e nada é feito.

Todos sabem para onde vão esses veículos roubados em Blumenau, Gaspar, Indaial e outros municípios de nossa região, para os desmanches, ferros velhos da região de Itajaí, Penha, Barra Velha, Joinville. E o pior é que a polícia sabe nada é feito.

Precisamos de uma atitude enérgica das autoridades com uma operação das polícias na fiscalização desses estabelecimentos, uns legalizados e outros não, que vendem peças dos veículos furtados sem a menor preocupação com a fiscalização, que não existe.

Não foi possível anexar dos e estatísticas dos furtos porque não consegui pegar com os órgãos públicos de nossa região.

Grato pela atenção. Nossa comunidade agradece sua colaboração.

Linesio dos Santos

Líder comunitário da região da grande velha Blumenau SC"

Ele me ligou contando isso e eu pedi que ele mandasse as estatísticas, para que pudéssemos debater o assunto com dados. Ele expõe aqui que não conseguiu as estatísticas, mas fala que está um absurdo o número de furtos de veículos em Blumenau, que vão para desmanches que vendem essas peças na própria região, na mesorregião. Inclusive, os policiais sabem, mas não têm instrumentos para combater. Então, a polícia, por falta de estrutura, de efetivo, acaba restringindo-se a fazer o Boletim de Ocorrência, e, aqueles cidadãos que têm o seguro do veículo conseguem o ressarcimento com esse procedimento. Mas não vira inquirido, não há uma investigação que possa efetivamente levar a atitudes repressivas que coíbam esse tipo de crime na região de Blumenau.

Falando e voltando a uma questão mais larga, quero aqui parabenizar esse cidadão e à comunidade de Blumenau pela reclamação e dizer que está certo, que é preciso que os órgãos de segurança, a polícia civil - e sei da vontade que a polícia civil tem, que os policiais civis têm -, faça esse trabalho de investigar, que inclusive seria relativamente fácil. Mas para isso é preciso uma equipe de trabalho, porque os policiais civis existentes, infelizmente, na sua maioria, só conseguem ficar na delegacia fazendo B.O. Há filas de cidadãos fazendo Boletim de Ocorrência porque a casa foi furtada ou assaltada ou roubada, porque o veículo foi furtado ou roubado, porque a carteira foi roubada, porque o celular foi roubado etc. Então, os policiais civis, com o efetivo que tem, acabam tendo que ficar fazendo a maior parte do tempo Boletim de Ocorrência e mandando os dados para frente,

devido à pequena estrutura ou estrutura insuficiente para investigação e para a perseguição penal.

Isso é lamentável e inaceitável numa sociedade que pretende ofertar aos seus cidadãos o mínimo de segurança na sua vida profissional, na sua vida privada e na sua vida pessoal.

Voltando ao debate mais geral, e começamos a fazer esse debate aqui, que a carta que apresentava as duas macroteses, a tese da direita, que a carta capital define assim, e com razão, que bandido bom é bandido morto, e a carta capital, que não apresentou, mas eu apresento, a tese da chamada esquerda, de que é uma vítima da sociedade e, portanto, temos que tratar como vítima e não como uma agente comum, algo, e aplicar, sempre que possível, ou sempre, uma punição alternativa de manter a pessoa em liberdade, para que ela, inclusive, tenha condições de se recuperar e de ter um convívio social socializado.

Achamos, sinceramente, que as duas teses estão erradas. Infelizmente, há falta de investimento ao longo das décadas nos serviços essenciais, como educação em tempo integral; assistência social; tratamento terapêutico adequado às pessoas dependentes químicas; acompanhamento psicológico da família do dependente químico, inclusive, e das pessoas com essa dificuldade; há falta de incentivo à criação de emprego nas áreas rurais, nas regiões mais interioranas da sociedade, o que leva ao êxodo rural, de forma acelerada, descontrolada; há falta de incentivo de investimento em assistência técnica ao pequeno agricultor, para que seja rentável, viável e bacana morar no interior, para que o exemplo e o modelo de sociedade não sejam vir para as grandes cidades e comprar um tênis novo, da moda. Que possamos urbanizar o meio rural através do acesso à cultura e ao que existe de mais desenvolvido em termos tecnológicos, para que possamos ter uma sociedade mais dividida pelo espaço geográfico do que temos construído.

Então, a falta desses investimentos e desse planejamento, dessa estratégia de desenvolvimento social leva a essa concentração e, infelizmente, a essa desorganização social e familiar que acaba proporcionando essa grande violência.

Mas não tem como resolver a situação de barbárie e de criminalidade passando a mão na cabeça dos agentes.

Desculpem a expressão, eu não quero fazer aqui o discurso virulento de que bandido bom é bandido morto, até porque não defendo essa tese. Mas tem sido moda neste país, nos últimos anos, reunir especialistas numa salinha com ar-condicionado e conseguir ver um bandido bom, um bandido recuperável, se ele tiver a oportunidade lá na sociedade. Mas enquanto ele tem a oportunidade de estar lá na sociedade, ele está patrocinando e promovendo mais barbáries, instruindo e educando para o mal, para o crime, novas gerações de adolescentes.

Dá de avaliar que no Brasil alguém permaneça roubando, traficando, agredindo e até matando por cinco anos, na média, antes de receber a primeira cadeia. Cinco anos são suficientes para ele formar cinco ou dez iguais a ele, ou piores. Ele acaba sendo referência para uma geração de pessoas ainda mais jovens que virão depois; ele acaba virando uma espécie de herói nas comunidades pobres. Não aquele que vai estudar e trabalhar para ganhar

um salário mínimo, mas aquele que rouba, furta, trafica, tem o tênis da moda, anda de carro e, se tiver uma arma, é um rei!

Essa é a referência e essa sociedade, se for dessa forma, está errada e não pode levar à sociabilidade, não pode levar a uma diminuição dos índices de violência. É preciso intervir efetivamente sobre essa realidade de forma macro, de forma global, se quisermos começar um dia a reverter esses índices.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Esta Presidência quer cumprimentar, em nome de toda Mesa Diretora, o nosso querido deputado Ismael dos Santos, aniversariante do dia, rogando a Deus que lhe conserve no caminho do bem para continuar fazendo bem para as pessoas. É um privilégio conviver com v.exa., que é um homem do bem, um homem de Deus que faz um grande trabalho nesta Casa Legislativa.

Tenho certeza que eu me manifesto em nome de toda a Mesa Diretora e, certamente, em nome de todos os parlamentares. Que Deus o conserve por longos anos com muita saúde!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero desejar felicidades ao meu amigo deputado Ismael dos Santos e dizer que está aqui presente a filha do deputado, a Deise, que hoje está de aniversário também. Queremos estender esses parabéns a ela. Pai e filha fazem aniversário hoje e desejo que Deus os abençoe e que tenham muita saúde, pois o resto corremos atrás!

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes!

Em nome da Mesa, também quero cumprimentar a filha do deputado Ismael dos Santos, a Deise, que teve a oportunidade de conhecer numa das obras do deputado Ismael dos Santos na cidade de Blumenau, uma grande obra em favor de uma nova oportunidade àqueles que se perderam no caminho das drogas.

Eu lhe desejo também saúde e vida longa para continuar participando da construção dessa grande obra liderada pelo seu pai.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o eminente líder da bancada do Partido dos Trabalhadores e sempre presidente desta Casa Legislativa, deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e estimados catarinenses que acompanham esta sessão, venho a esta tribuna para repercutir um assunto que julgo importantíssimo para Santa Catarina e que diz respeito à economia catarinense e tem relação também com ações nacionais.

Trago, inclusive, uma matéria que está na imprensa, hoje, e que diz o seguinte: "Acordo Brasil-Rússia acelera exportação de suínos de SC".

Está acontecendo nesses dias, e deve estar encerrando hoje, se não me falha a memória, a sexta cúpula dos Brics. Os Brics

são um grupo, deputado Valmir Comin - e v.exa. sabe muito bem disso - formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. E esses países reunidos tomaram decisões importantes que eu irei repercutir em seguida.

Mas quero, primeiro, ater-me a essa ação para Santa Catarina, porque um dos acordos fechados nessa sexta reunião de cúpula desses países deve garantir um recorde para Santa Catarina em 2014. O estado representa mais de 50% das exportações de suínos para a Rússia e planeja ampliar esse comércio após o anúncio do Plano de Ação para a Cooperação Econômica e Comercial Brasil-Rússia, assinado pelos presidentes dos dois países esta semana.

Então, aqui está o resultado concreto desse encontro dos Brics que beneficia Santa Catarina. A expectativa catarinense é de que o estado supere a marca de US\$ 300 milhões, cerca de R\$ 700 milhões, em vendas para a Rússia até o final do ano.

Eu digo isso que importa muito para Santa Catarina e, principalmente, para as regiões produtoras de carne suína, especialmente no oeste do nosso estado catarinense. Esse acordo bilateral promove, inclusive, a diminuição de barreiras entre Brasil e Rússia. É um encontro que deixa clara essa possibilidade de maior intercâmbio ainda. O comércio da Rússia cresce a cada ano. Com certeza, principalmente, no caso da carne suína, após problema havido nos Estados Unidos com um surto de diarreia, hoje o mercado Russo é um dos maiores do mundo.

Santa Catarina vai ser beneficiada, e isso é um alento, inclusive, para a produção de carne suína, já que ao longo dos anos é uma atividade que se tem demonstrado com altos e baixos. Houve uma diminuição, inclusive, de suinocultores em Santa Catarina e, felizmente, os que conseguiram se manter na atividade estão tendo essa perspectiva de melhora desse acordo, acelerando a exportação de carne suína de Santa Catarina.

Quero repercutir também outro ato dessa reunião dos países dos Brics, grupo formado, repito, por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que é uma espécie de nova ordem mundial que está acontecendo porque traz a criação do novo banco de desenvolvimento e acordo de reserva de contingência, furando o esquema global traçado em 44 ainda.

Os países, então, criam essa nova estrutura de apoio de ações conjuntas. E, conforme um dos principais jornais do mundo, o *Financial Times*, da Inglaterra, os Brics dão uma notável demonstração de como a ordem econômica está mudando.

Inclusive, estranhamos um pouco a grande imprensa brasileira não ter dado tanta repercussão a esse fato e um dos principais jornais econômicos do mundo ter dado destaque até maior que os nossos grandes jornais brasileiros para a criação desse novo banco de desenvolvimento formado através desses países que compõem o chamado Brics.

Esses acordos são importantes e fundamentais, e por isso que fiz questão de trazer o ganho imediato que Santa Catarina tem com esse acordo com a Rússia, porque temos uma grande produção aqui, dependemos também desses acordos bilaterais e dessa articulação que se tem.

E é bom lembrar que Santa Catarina, deputado Valmir Comin, somente no primeiro semestre, já vendeu mais de 86 mil toneladas de carne suína para o exterior, sendo 46 mil toneladas apenas para a Rússia.

Então, justamente esse mercado consumidor russo vai aumentar mais ainda. E agora, com a articulação desses países, inclusive com esse banco de desenvolvimento, creio que se está constituindo uma nova ordem econômica para proteger, inclusive, esses países diante das crises mundiais que têm acontecido.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Neodi Saretta, parabênz v.exa. pelo tema abordado.

Quero dizer que não somente conheço o tema dos Brics, mas também tive a oportunidade de participar, juntamente com o deputado Jailson Lima, de um debate na China, com os cinco países emergentes, Rússia, Índia, África do Sul, China e o Brasil pactuando essa correlação de compromisso e lá ficou muito claro e evidente que dos cinco países, o grande país de oportunidade, considerados por todos os debatedores está sendo o Brasil. E essa vertente do agronegócio, da exportação da carne suína, que hoje representa praticamente 10% a 12% do PIB de Santa Catarina, é um segmento extremamente importante que se traça na esteira da agregação de valores, e um estado eminentemente exportador como é o nosso, tenho certeza, convicção, de que a cada dia mais vamos poder prosperar e progredir nesse segmento. Por isso parabênz v.exa. pelo tema abordado, em função da crescente do PIB econômico catarinense.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado deputado Valmir Comin, então queria deixar esses registros e dizer também que defendemos assim como esses países que compõem os Brics, a implementação de reformas profundas para modernizar a estrutura de governo no próprio FMI, que tem interferido nas administrações. Aliás, aqui por muitas e muitas vezes a gente, também, nas ruas ou nas nossas manifestações falávamos: Fora FMI. O Brasil era extremamente dependente. Lembrome de uma frase do ex-presidente José Alencar, no encontro que estávamos, quando indagado: "Por que vocês são estão gritando 'Fora FMI'?" E ele mesmo respondeu: "Porque nós, o Brasil, alcançamos a soberania e resolvemos não ser mais dependentes do FMI."

Então, acho que esses países que compõem os Brics, entre os quais o Brasil, dão um passo à frente fortalecendo essa organização, criando o Banco de Desenvolvimento e também botando em cheque algumas políticas praticadas e defendidas pelo Fundo Monetário Internacional. Que isso continue fortalecendo, que o Brasil ganhe e que Santa Catarina, como citamos o caso aqui, possa continuar crescendo e que possamos ter a perspectiva de continuar produzindo alimentos para Santa Catarina, para o Brasil e para o mundo.

Obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Mauricio Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauricio Eskudlark.

O Sr. Deputado Mauricio Eskudlark - Sr. presidente, apenas gostaria de registrar, com satisfação, a presença aqui na Assembleia do Ednilson, do município de Paraíso,

presidente do nosso partido. Também do Vanderson Feliberti e do Favero. Fomos vereadores juntos, de 1988 a 1992.

Então, quero fazer o registro, com muita satisfação, das presenças de vocês, hoje, aqui neste Poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Agora, com a palavra, a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, muito boa-tarde aos srs. deputados e aos visitantes desta casa nesta sessão ordinária. Sejam muito bem-vindos! Saúdo, ainda, àqueles que acompanham esta sessão pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Na mesma linha de pensamento do líder da minha Bancada, deputado Neodi Saretta, gostaria de falar sobre esse bom momento que estamos vivendo em nosso país, estampado, por exemplo, na última reportagem de uma revista de circulação internacional, que na capa, em sua matéria com grande título, diz o seguinte: "Acredite no Brasil!"

(Passa a ler.)

"Segundo a matéria, dentro do campo não deu, mas fora dele o Brasil venceu a Copa e a derrota não abala a confiança do nosso país e também da capacidade do nosso povo.

Falo isso, sras. deputadas e srs. deputados, porque o mundo durante 31 dias teve os seus olhares voltado para o nosso país, para o Brasil. O mundo descobriu nesses 31 dias uma grande nação e isso nos honra muito. E desde ontem, líderes das cinco nações que compõem os Brics: Brasil, Rússia, Índia, China, e África do Sul, reúnem-se aqui no nosso país, que ousa fazer parte de uma nova ordem mundial e apresenta ao mundo novos caminhos de desenvolvimento e também de soberania. A nossa presidenta Dilma Rousseff os recebe no nosso país e anuncia a criação de um novo banco para o desenvolvimento das nações em contraponto ao Fundo Monetário Internacional - FMI - e também ao Banco Mundial.

É o Brasil, senhores e senhoras! É o Brasil à frente de uma nova ordem mundial provando a sua importância, a sua competência. Assim como foi feito na Copa do Mundo, vamos construir um país com mais inclusão social e com mais oportunidade aos brasileiros e às brasileiras.

O principal fato econômico desde a crise de 2009, e naquela época também o nosso presidente Lula dúzia que no nosso país essa crise seria uma marolinha, foi a criação de um novo banco de desenvolvimento e o acordo de reservas de contingência, que fura o esquema financeiro traçado desde 1944, em Bretton Woods; prevalência de americanos e de europeus o Banco Mundial e o FMI, são enfrentados com a cartada que muda o jogo. O Brasil, Rússia, Índia, China e a África do Sul, anunciaram, no dia 15, na última terça-feira, R\$ 150 milhões, para banco e poupança em comum. No *jornal Financial Times*, da Inglaterra, a análise é a seguinte:

"Brics dão notável demonstração de como a ordem econômica está mudando no planeta, graças a Deus"

Na capital do Ceará, no último dia 15, em Fortaleza, os cinco países que integram a sigla Brics: Brasil, Rússia, Índia, China e a África do Sul, inauguraram na prática uma nova ordem no mundo. Eles colocaram em prática a constituição de um bloco econômico repleto de afinidades políticas. A partir de agora, já se sabe que Brasil, Rússia, Índia e a África do Sul, terão o seu novo banco. Um banco de desenvol-

vimento com um capital inicial de US\$ 50 bilhões, mas poderá ser elevado a US\$ 100 bilhões para fazer frente ao Banco Mundial. E também formarão uma poupança de US\$ 100 bilhões no acordo de reservas de contingência, exatamente para não dependerem exclusivamente do Fundo Monetário Internacional para serem socorridos em épocas de crises.

A Copa acabou. Fizemos uma grande copa. A presidente Dilma continua protagonista. Além de sediar o encontro dos Brics, cerca de 20 presidentes do continente Americano serão recebidos para terem informações sobre como irá funcionar o banco de desenvolvimento e o fundo de reservas.

A ideia estudada por economistas dos governos dos Brics, há pelo menos dois anos, o novo banco de desenvolvimento poderá emprestar dinheiro para projetos na área da infraestrutura em países em desenvolvimento a juros menores que os praticados pelo Banco Mundial.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, explicou que os recursos dos Brics poderão ser aplicados em fundos especiais para renderem enquanto aguardam as demandas dos países. Com um mercado consumidor de três bilhões de pessoas e PIB em conjunto que vale a 20% da riqueza mundial, o Brics poderá adotar no futuro as moedas nacionais para transações comerciais entre os cinco sócios.

É uma nova modalidade. Na véspera da cúpula 700 empresários assinaram a carta que pede aos líderes políticos a adoção dessa medida que vai substituir o dólar e o euro em compras e vendas.

Além disso, o nosso estado vai se beneficiar com essa outra ordem mundial. Santa Catarina recebeu uma ótima notícia! Um dos acordos firmados durante a 6ª reunião do Brics deve garantir ainda este ano de 2014 recorde também.

O estado é a origem de mais 50% das exportações de suínos para a Rússia e visa a ampliar esse comércio, após o anúncio do plano para expandir os negócios assinado pela nossa presidenta Dilma Rousseff e pelo presidente da Rússia, Vladimir Putin, no dia de ontem, 15 de julho de 2014.

A expectativa é de que Santa Catarina, senhoras e senhores, supere R\$ 700 milhões em vendas ao país até o fim do ano. Não é pouca coisa, é muito coisa para o nosso estado, gerando dessa forma emprego e renda para os nossos catarinenses.

Então, todas essas boas notícias que têm acontecido em nosso país são fruto de muito trabalho, de realização, de um plano estratégico que, tem por finalidade, a soberania dessas nações e entre elas, com muito orgulho, com muita honra, o nosso país.

O Brasil hoje conquistou o respeito do mundo. Construímos um projeto que está mudando as páginas da história do nosso país. Estamos virando as páginas da fome, da pobreza e construindo um país, senhoras e senhores, que inclui meninos e meninas, homens e mulheres."

Então, no dia de hoje, depois de realizar a Copa, estaremos realizando as Olimpíadas e estamos sediando a 6ª Cúpula dos Brics. Também fomentando, juntamente com os outros países, esse banco de desenvolvimento. Temos que dar parabéns a essa grande mulher que planejou juntamente com o ex-presidente Lula este bom momento que estamos vivendo em nosso país.

Dessa forma, sr. presidente deputado Padre Pedro Baldissera, sras. deputadas e srs. deputados, infelizmente a nossa imprensa não anunciou isso como uma boa nova, infelizmente! A nossa imprensa coloca, às vezes, no rodapé do jornal. Enquanto isso, a imprensa dos outros países do resto do mundo tem anunciado que no Brasil está-se construindo uma nova ordem mundial, e isso temos que ter orgulho.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação da deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria de aproveitar para registrar, com alegria, a presença dos nossos amigos do município de Bandeirante: a Lisiane, o Claudemir, o Joabel e o Gilson, que estão assistindo hoje à nossa sessão plenária.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, deputado Maurício Eskudlark. Desejamos a todos boas-vindas a esta Casa.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na desistência do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Na desistência do PMDB, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Daniel Tozzo, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Cumprimento v.e.a., presidente deputado Padre Pedro Baldissera, colegas que compõem a Mesa, nobres amigos deputados e deputadas presentes, catarinenses que aqui estão.

Permita-me, presidente, dividir este espaço com o deputado Maurício Eskudlark que também tem alguns pronunciamentos e o nosso partido é muito unido.

Neste dia de hoje vários secretários da nossa região passaram pelos gabinetes, inclusive, no nosso gabinete.

Quero relatar as obras que estão sendo feitas dentro de um cronograma, de um planejamento, algumas mais adiantadas, outras; um pouquinho menos, mas, enfim, a SC-157, o trecho de Formosa a São Lourenço do Oeste, de fato, já está bem adiantado.

É uma obra que há muito tempo é reivindicada pela comunidade, pelos municípios, mas temos um pequeno problema no município de Campo Erê, para o qual gostaria de pedir, aos órgãos competentes deste governo, um pouquinho mais de atenção, porque os caminhões pesados estão passando por Campo Erê. São apenas 2km de um contorno, de um pedaço de rodovia, digamos assim, para que o problema seja resolvido.

Então, a Associação Comercial de Campo Erê - Acice - e o próprio secretário, Ênio Vichroski, estão reivindicando, no dia de hoje, que seja atendido o pedido o mais breve possível, porque um caminhão bitrem transitar dentro da cidade de Campo Erê fica um pouco complicado. Acidentes têm acontecido semanalmente, problemas nas calçadas. Isso tem incomodado os empresários, a comunidade local. É uma obra simples de se resolver!

Acho que poderíamos dar mais atenção a essa obra também porque é uma das entradas do estado de Santa Catarina. Penso que todas as regiões de fronteira normalmente parecem, pela distância, mais abandonadas, deputado Kennedy Nunes, deputado Ismael dos Santos, mas querendo ou não é a entrada do nosso estado e sempre que pudermos atender com mais atenção aos municípios, o estado ganha e principalmente a cidade de fronteira.

Então, feito o registro, estaremos cobrando maior agilidade para que esses 2km sejam resolvidos o mais rápido possível para atender o município de Campo Erê.

Estava ouvindo o comentário referente à suinocultura e a tudo que está acontecendo em nosso estado de Santa Catarina, aliás, um belo pronunciamento do deputado Neodi Saretta a respeito disso. Hoje quando li os jornais vi isso estampado em capa e fiquei muito satisfeito e feliz. Fico feliz porque o que está acontecendo com a suinocultura, talvez, hoje, parece que o momento de crise passou e acho que não volta mais se continuarmos a trabalhar dessa forma.

Temos empresas, cooperativas neste estado que comercializam para mais de 100, 150 países neste mundo, e o empresário, o cooperativista, sozinho, talvez não consiga colocar, vender o seu produto lá fora sem a força do governo. Lembro quando fazia a minha caminhada pedindo votos para poder estar aqui nesta Casa, há quatro anos, muito era cobrado e dizia-se: falta ao nosso governo vender o nosso estado lá fora de uma forma mais adequada. Vendia-se muito bem a parte de turismo, praia, mas tínhamos que mostrar para o mundo que Santa Catarina na produção de alimento é diferenciado.

Enfim, foi questionado, debatido, reuniões com os cooperativistas, com empresários, com produtores, e o governo começou a participar através da secretaria da Agricultura, do próprio governador e muitos dos deputados desta Casa que puderam viajar para abrir portas e levar o nosso produto lá fora. Mostrar que a carne suína de Santa Catarina, por exemplo, até por questões sanitárias, está livre desses problemas, é de fato a melhor carne produzida no mundo e assim o interesse da Rússia tem aumentado.

Lembro que quando a Rússia parava de comprar tínhamos problemas, crise na suinocultura, produtores desistiam e paravam com tudo isso. Hoje, não acontece mais isso! Podemos abrir portas na China, o Japão tem nos visitado e em tantos outros países. O que está acontecendo hoje e sendo divulgado é fruto de um trabalho sério junto com produtores, com cooperativistas, com empresários, e o governo conseguiu colaborar com o processo colocando uma pastinha debaixo do braço, indo lá e mostrando as instalações de nossas indústrias, das propriedades rurais, a qualidade da carne suína e de tantas outras carnes e produtos que Santa Catarina produz. E esse controle de qualidade rigoroso tem sido aumentado e ampliado dia a dia. Por isso, hoje, colhemos os resultados.

Então, quero encerrar, parabenizando o estado, porque a suinocultura não está mais em crise. Se o estado bateu recorde nas exportações e na produção foi porque o trabalho realizado com o governo do estado, produtores, cooperativistas e empresários funcionou. Que continuemos assim, oferecendo para o mundo todos os bons produtos que este estado produz, além da beleza das nossas praias e do turismo. Vendemos bem o que

produzimos e o que temos. O resultado vai acontecendo e a crise vai passando longe de Santa Catarina no dia a dia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado ao PSD, com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, pelo tempo restante do partido.

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que acompanha essa sessão, amigos do município de Barra Bonita aqui presentes e do município de Paraíso. Inclusive, conversava com eles no gabinete a respeito de alguns projetos que o governo do estado tem implementado, e um projeto que tem ganhado força refere-se à implantação da *internet* em todo o interior do estado, através de um sistema de torres que consegue fazer a cobertura para que todas as residências tenham acesso à *internet*.

Queremos que o jovem permaneça no interior e lá desempenhe as suas funções. Então, temos que levar as condições mínimas para que aquele cidadão possa ter acesso às informações em igualdade de condições com o jovem estudante, o trabalhador e o profissional da cidade. No município de Paraíso o sistema já está implantado e dará um grande retorno. O estudante universitário que mora no interior, num local distante, depois da faculdade ou do curso de nível médio, precisa pegar um ônibus e ainda tem a diferença de não possuir acesso à *internet* como o jovem da cidade para ter apoio nos estudos e no próprio trabalho.

Esse é mais um projeto do governo que tem sido implementado em vários municípios de Santa Catarina, e temos que reconhecer ser uma das prioridades do governador Raimundo Colombo. Assim parabenizo a luta das lideranças nesse sentido, e houve o acompanhamento de nossa parte.

Precisamos reconhecer também a redução da "ambulacioterapia". Cito a questão do extremo oeste, porque, com a implantação do hospital regional do extremo oeste - como dizem o prefeito, os secretários de saúde -, de cada dez viagens de ambulância que precisavam ser feitas dos pequenos municípios até Chapecó ou até a capital do estado, hoje, são feitas apenas duas ou três.

Principalmente o agricultor, aquele cidadão que tem sua propriedade na área rural, deve ter acesso à telefonia, à *internet*, estradas adequadas e um serviço de saúde compatível com sua necessidade. Nesse sentido, faço o registro desses investimentos.

Lembro quando governos, em décadas passadas, falavam em levar a energia elétrica para todas as residências deste estado. Quantos programas foram implementados para isso. E hoje levar a *internet* ao interior é quase tão importante quanto levar a energia elétrica pela relevância que isso tem hoje na vida das pessoas. Temos que reconhecer que há projetos importantíssimos implementados no estado.

O deputado Daniel Tozzo falou da situação das rodovias neste estado. Na BR-153, o trevo de Irani tem a previsão de 40 dias para a abertura. Isso é um absurdo, coloca em colapso toda a economia da região que vai de Concórdia até Porto União. Existem questões que são prioridades. Temos visto que o DNIT tem procurado agilizar a solução dos problemas. Havia oito pontos no estado em que a rodovia estava interrompida. Espero que isso

seja rapidamente solucionado. Alguns pontos são cruciais. Numa audiência que tivemos com o engenheiro Alison, do DNIT, que conhece bem o estado, reivindicamos inclusive a iluminação do trevo de Irani. Os postes estão lá e não há iluminação. É um ponto em que já aconteceram vários acidentes graves. Um trevo complicado para os motoristas, pois se trata de uma região em que ocorrem nevoeiros e a neblina é forte.

Assim, queremos-nos irmanar na reivindicação do deputado Daniel Tozzo, com relação às ligações rodoviárias no estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria inicialmente de colocar que ontem, na votação do deputado Dado Cherem para conselheiro do Tribunal de Contas, não estava presente, mas caso estivesse teria votado pela sua indicação. Apenas não pude estar presente em decorrência de uma ação do Ministério Público, que já era prevista, relativa à impugnação da minha eleição.

Analisando os autos, hoje, pela quantidade de documentos, vemos que construíram uma meia bíblia de justificativas para me impugnarem, e sabemos que pelo volume de candidatos normalmente os processos têm oito, dez páginas no máximo. Fizera um estudo no Conselho Nacional das possíveis ações que eu viesse a sofrer e ali apareceu apenas um item referente ao meu mandato no Tribunal de Contas, o que de certa maneira dá uma tranquilidade na medida, que até essa preocupação tiveram. Outro dado relevante foi que no conjunto dessa obra houve a má intenção, porque sonegaram a informação de que, em alguns dos itens que levantaram, que eu, em tese, seria culpado, eu já fui absolvido.

Quero avisar ao digníssimo promotor que após acabar esse processo vou fazer mais uma representação na Corregedoria para que se tenha decência no encaminhamento desses casos. Faço questão de dizer isso porque minha mãe tem 84 anos e me ligou perguntando o que houve: "Você fica fazendo investigações e procedimentos e agora está impugnado?" Mas vamos fazer a defesa. Nesta manhã houve mais uma reunião. Amanhã vou novamente verificar o relator, para explicar o que há. Porque o que há, hoje, já havia na eleição passada em que eu me reelegi.

Então, deputada Ada Faraco De Luca, em tese, a impugnação deveria ter acontecido já na eleição anterior e não somente agora.

Mas, deputado Padre Pedro Baldissera, eu apenas vou balançar o turíbulo na hora em que terminar a CPI do Ministério Público, porque tem muito coisa para explicar, como estamos vendo. Só ontem o engenheiro responsável por tudo só dizia: não, não sei, não fiz. E recebe R\$ 4.700,00 de gratificação, para não avaliar nada. Sugiro que cancele aquela comissão, porque não sei para que serve. Além da interessante falta de memória desse pessoal. Nas próximas reuniões já vou levar uma receita para melhorar a memória daqueles que tiveram dificuldades em lembrar, porque senão, daqui a pouco, vamos ter uma amnésia coletiva dentro do Ministério Público, ninguém sabe de nada, é Alzheimer.

Mas eu estou ocupando o horário do partido, neste momento, primeiro para cumprimentar e parabenizar o deputado Dado Cherem, e, em segundo lugar, para enaltecer aqui e reforçar o pronunciamento da deputada Ana Paula Lima. Um grande pronunciamento abordando a questão do Brics, o novo banco de desenvolvimento, que não é um banco que vai competir com os demais. Mas isso começou numa discussão de peregrinação do nosso ex-presidente Lula com a sugestão de um economista indiano. E agora a imprensa começou a questionar por que o primeiro presidente do banco não é brasileiro, já que a sede será na China, em Xangai. Existe coisa que não dá para entender, porque quando não tem, reclamam, que não tem, e quando se faz, cria-se uma instituição financeira voltada para os emergentes, não apenas para os países que compõem os Brics, mas, principalmente, com processo desburocratizado de investimentos de infraestrutura nos Brics e em países emergentes, não apenas na América Latina, mas do globo terrestre, num contexto das obras prioritárias que temos, reclamam também. Então, o Brasil terá o presidente do conselho de Administração, terá um indiano como primeiro-presidente do banco, terá um conselho de governadores para avaliar a transparência desses investimentos e da infraestrutura, com previsão de até US\$ 100 bilhões de aporte ou US\$ 150, de acordo com a necessidade.

Então, o pronunciamento da deputada Ana Paula Lima foi muito importante ao enaltecer esse novo banco, que não é para competir com o Banco Mundial e com o FMI, é para complementar o que eles não fazem, com uma diferença: sem a política intervencionista nos países que emprestam dinheiro para onde eles intervêm e designam e definem os rumos da economia desses países para criar condicionantes para os empréstimos.

Então, parabéns à presidente Dilma Rousseff que faz o segundo gol no mesmo mês. O primeiro gol de placa foi a realização da Copa. Eu até vi uma crítica do deputado do DEM, José Agripino, que vivia dizendo que não ia ter Copa, que seria um desastre, não tinha campo, não tinha aeroporto e depois que teve a Copa disse que foi graças aos empresários. Que foram os empresários que fizeram! Fizeram como? Grande parte dos investimentos vieram do BNDES com linha de crédito, com recursos de investimentos do governo numa linha de financiamento. O custo das Arenas no Brasil representaram em torno de R\$ 8 bilhões no investimento das 12 arenas, e os investimentos do governo federal, ao todo, com os empréstimos do BNDES, beirou os R\$ 26,5 bilhões, somente no período da Copa, movimentando o equivalente a R\$ 30 bilhões em decorrência do evento, ou seja, todos os investimentos feitos já foram supridos pelo desenvolvimento do evento. Sem registrarmos o número de turistas que, segundo pesquisas, disseram que querem voltar ao Brasil para conhecer aquilo que não conheceram, elogiando o grande capital humano da receptividade brasileira ao povo que veio visitar e acompanhar a Copa. Quando verificamos que acontece em Porto Alegre cinco jogos movimentaram R\$ 1 bilhão. Somente o dia do jogo no Maracanã movimentou R\$ 1 bilhão. Incrementou o turismo no país. O Brasil em termos de turistas recebe menos turistas do que a Argentina que tem menos 15% da população brasileira.

Então, a presidente Dilma se consagra marcando dois gols, um é o da Copa

ou o nosso governo se consagra desse jeito, e o outro, agora, é de que no Brasil se consolida e se anuncia o novo banco, que é o banco dos Brics, para investimentos em obras, infraestrutura e desenvolvimento econômico desses países e de outros do terceiro mundo, preferencialmente.

É importante registrar que a Oposição tenta transformar uma Copa num evento político, tenta transformar a Copa num evento de corrupção e que do dia para noite derruba todos os questionamentos, porque o Tribunal de Contas da União até agora não apontou um ato de corrupção nas investigações que fizeram. Podem questionar valores, porém não de corrupção e de desvios nas ações. Isso tudo mostra, claramente, que o Brasil é um país que está no rumo certo, construindo cidadania e inclusão, dando oportunidade aos brasileiros, principalmente, àqueles que não tinham grandes programas e ações sociais. Tanto que o PSDB já está dizendo que vai melhorar o Mais Médico, vai melhorar o Minha Casa, Minha Vida, vai isso e aquilo, porém, são políticas públicas que têm o carimbo e o selo do governo do Partido dos Trabalhadores num grande arco de aliança de partidos que dão estrutura e sustentação no Congresso Nacional.

No mais, deputado Padre Pedro Baldissera, vou andar com um turbilho, vou deixar no meu gabinete, para quando precisar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. Deputadas, amigos da TVAL e Rádio AleSc Digital, quero saudar o vereador Mundi, do Morro da Fumaça. Seja bem-vindo a esta Casa!

Sr. presidente, desejo, hoje, falar sobre um tema que vem me causando extrema preocupação, que é a eficiência da gestão pública.

(Passa a ler.)

"Dada a abrangência do assunto vou-me restringir à obra de infraestrutura e a três significativos eventos: a reunião do Fórum Parlamentar Catarinense, na Fiesc, recentemente realizada, trazendo à apreciação as obras do DNIT em Santa Catarina; as visitas semanais no curso de minhas viagens pela BR-101, como destaque para a construção da ponte estaiada de Laguna, e o túnel do Formigão.

Desejo ainda me referir à edição de número 258 do corrente ano, do Jornal *Barreiros*, de São José, que destaca a matéria sobre a ponte Hercílio Luz: "Aniversariando na corda bamba."

A manifestação do superintendente do DNIT, engenheiro Vissilar Pretto, foi antológica. Com uma palestra de mais de 50 transparências, que consumiu tempo superior ao almoço. Na reunião apresentou as obras federais em evolução em Santa Catarina, de norte ao sul, de leste ao oeste, num volume de investimento superior a R\$ 20 bilhões. Muito dinheiro, pouca gente e muita licença, longos prazos, erros grosseiros de planejamento. Para citar apenas três exemplos: o túnel do Morro dos Cavalos, a passagem de rede ferroviária de norte-sul ligando o porto de São Francisco do Sul a Imbituba, a duplicação do trecho da BR-470 entre Blumenau e Indaial, cujo projeto tem

mais de 15 anos, está sendo feita sobre a rede recém implantada de gás natural, da SCGás, obrigando a construção de uma nova rede, com custos para o consumidor catari nense.

Como último exemplo, destaco o contorno do anel viário da Grande Florianópolis, que pela construção de um loteamento Minha Casa, Minha Vida, na Palhoça, mudou-se o projeto, alongando o contorno, exigindo a construção de duas novas pontes sobre o rio Cubatão e seis túneis, passando o orçamento de R\$ 300 milhões para mais de R\$ 1 bilhão, deputado Jailson Lima. Tudo isso há de refletir na futura tarifa de pedágio, em Paulo Lopes, onde, aliás, era o projeto original, mas por interesses escusos acabou vindo para Palhoça.

Quando cruzo o canal da Lagoa de Santo Antônio me impressiona a construção da primeira ponte estaiada em curva, no Brasil, suspensa apenas pelos dois mastros centrais. A obra evolui a passos largos. E não é para menos. A média mensal para recebimento das medições, pelo consórcio, segundo dados do DNIT, ultrapassam os R\$ 40 milhões e as duas últimas medições, em março e abril, formam R\$ 52 milhões e R\$ 83 milhões, respectivamente.

Os dados do projeto são impressionantes: 2.830 metros de extensão, sendo que 400m no vão estaiado; cerca de 50m de altura do nível d'água e dois mastros de sustentação dos cabos com 63 metros de altura cada um, caracterizando uma senhora obra.

O que me impressiona, no entanto é que uma ponte com tais dimensões: com duas pistas e duas faixas de rolamento cada uma e acostamentos laterais, num total de 24m, não contemple a passagem da rede ferroviária, que está ali ao lado, a menos de 500m de distância.

Pergunto-me: para que tanto comprimento e tanta altura de passagem se a rede ferroviária que liga o sul a Imbituba está a uma altura de menos de 10m, onde os pescadores, inclusive, tarrafeiam camarões? Por que não outra ponte, ao lado existente, com 200m de comprimento e cerca de R\$ 100 milhões? Ou seja, 90% menos o custo, ou melhor, nove vezes menos. Já está em R\$ 800 milhões, com 74% concluída e deve chegar ao final, a mais de R\$ 1 bilhão!

Tudo isso fiz questão de mencionar, sr. presidente, pela falta de planejamento. E falo aqui de vários governos, não apenas do governo do PT. Por exemplo, a energia eólica, pois estão com as torres no nordeste do país paradas e o governo pagando aluguel por falta de transmissão. Ou seja, a falta de um paralelo concomitante de um planejamento que se possa produzir e gerar, mas também transmitir para chegar à capilaridade e a ponta, que é o consumidor.

Realmente, é uma expectativa muito grande porque são várias obras, sim, portanto, a questão da fiscalização, a ineficiência, aparece de uma forma muito clara para todos aqueles que se deslocam, se utilizam das rodovias em todo o estado de Santa Catarina.

Por isso, essa preocupação em função de toda essa demanda reprimida que temos. A falta de eficiência na gestão pública é que tem causado todos esses transtornos em nível de Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos mitos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a deputada Ada Faraco De Luca, por até 14 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - Boa-tarde, sr. presidente! Antes de iniciar meu pronunciamento queria parabenizar o presidente do PMDB de Nova Veneza que se encontra no meu gabinete; o presidente da Câmara de Vereadores de Nova Veneza, Alberto Ranacosi; o vereador Humberto dos Santos, de Imbituba; e o vereador Edenílson Montini da Costa, de Jaguaruna.

E, hoje, venho aqui porque sou da opinião que quando as coisas são boas para Santa Catarina e para as pessoas não podemos fazer distinção partidária. Venho aqui elogiar um prefeito do PP e um do PT, antes, porém, quero dar boa-tarde aos membros da Mesa, caros colegas deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSc Digital e imprensa em geral.

(Passa a ler.)

"Venho ocupar esta tribuna, na tarde de hoje, para falar de uma excelente iniciativa dos prefeitos de Içara e Criciúma, do sul do nosso estado, Murialdo Gastaldon e Márcio Búrgio: a utilização da ferrovia Tereza Cristina como transporte coletivo para estudantes universitários. Esta é uma parceria firmada entre as duas prefeituras com a referida ferrovia, concessionária das ferrovias da região.

O trecho de aproximadamente 10km conduzirá os estudantes em 20 minutos de Içara até a Faculdade Satic - Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão -, em Criciúma, ao custo de R\$ 2,50 - ida e volta. Este projeto funcionará em caráter experimental já no próximo mês e estima-se atender cerca de 200 estudantes todos os dias. Será viável economicamente e trará mais conforto e segurança aos universitários que fazem este trajeto no período da noite, justamente o horário de maior movimento no trânsito. Esta quantidade de vagas disponíveis no trem, reduzirá cinco ônibus circulando nas ruas neste horário de fim de tarde, agilizando o trânsito local e poluindo menos o meio ambiente.

Caros colegas deputados, gostaria de salientar que este projeto, depois de tomadas as devidas adequações, será uma alavanca que revolucionará o sistema de transporte público nesta região. Se for bem aceito pelos estudantes, acredito que com certeza será, o uso da ferrovia será ampliado para toda a comunidade. Além dos estudantes, comerciantes e pessoas que procuram as cidades de Criciúma e Içará também poderão usufruir desse sistema de transporte rápido, seguro e, o principal, bem mais barato.

Será necessária, sim, a construção de duas plataformas de abrigo viabilizadas pelas prefeituras.

Temos atualmente em nosso estado 1.361km em linhas férreas, construídas em três troncos: dois no sentido norte-sul e um no sentido leste-oeste, atendendo o porto de São Francisco do Sul e um que atende o sul, ligando a zona do carvão às termelétricas e o porto de Imbituba. Pensem, srs. colegas, que este modelo pode ser adaptado para todas as regiões catarinenses tornando-se mais uma opção de transporte sustentável para o nosso povo e nossa gente que tanto precisa.

Ao falar sobre sustentabilidade, somente a título de curiosidade, estudos mostram que 90% do total de emissões de gases tóxicos são provenientes do transporte

rodoviário, enquanto o transporte ferroviário é responsável por apenas 0,6% das emissões. Vamos refletir diante destas referências, srs. deputados! Temos nossa responsabilidade com o futuro, se esse é um sistema de transporte barato, menos poluente e se a nossa geografia é favorável à implantação de ferrovias, porque não investir mais?

Aproveito este espaço para novamente parabenizar o prefeito Murialdo e o prefeito Márcio Búrgio idealizadores deste projeto e falar que iniciativas como esta fazem do nosso estado um lugar mais justo, mais digno, mais bonito e mais saudável de viver. E repetindo, quem sabe faz a hora não espera acontecer!”

Obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB. Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, pelo tempo restante do partido.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, imprensa.

Hoje, deputado Padre Pedro Baldissera, o que me trás à tribuna desta Casa, e eu já queria ter feito este pronunciamento há alguns dias, é que fico cada vez mais convencido, deputado Kennedy Nunes, que o Poder Público anda ainda muito mais lento do que anda a iniciativa privada.

Depois das chuvas, deputado Daniel Tozzo, que atingiram a região oeste, o extremo oeste e o meio-oeste de Santa Catarina, vemos dificuldades para tomar certas providências. E eu já sei que o deputado Saretta que também é de Concórdia já se pronunciou aqui a respeito.

A BR-153, deputado Kennedy Nunes, é o miolo, o coração do desenvolvimento do meio-oeste do estado de Santa Catarina, é uma estrada que vai do Oiapoque ao Chuí, mas está impedida na Campina da Alegria, em Irani, e também no Rio Grande do Sul, há 10km da divisa de Santa Catarina com o município de Concórdia. E não podemos permitir que se demore um mês, dois meses para fazer um desvio. Isso não é possível! Não podemos deixar que a burocracia no serviço público impeça a derrubada de uma árvore para abrir uma cascalheira, como nós chamamos lá, impedindo o progresso.

Não é apenas o transporte rodoviário que está pedindo socorro, mas também os pequenos empresários, as borracharias, as oficinas mecânicas, os prestadores de serviços, os restaurantes, que estão às margens da BR-153 na divisa do Paraná com Santa Catarina, que estão parados.

E agora como se não bastasse a Cidasc impedir que produtos vindos do Rio Grande do Sul possam passar pela BR-153, que é um corredor sanitário, impede, ainda, que produtos vindos do Rio Grande do Sul possam passar pela balsa. A Cidasc tem estrutura para colocar os fiscais lá para não deixar passar, mas não tem estrutura para colocar pessoas para fiscalizar os produtos.

Então, essa é uma situação que eu não consigo compreender. Se você tem estrutura para fiscalizar, fiscalize e deixe passar.

Chegam produtos de origem animal com inspeção do SIF, mas são impedidos de passar.

Então, muitas vezes quando nós, políticos, somos questionados pela

morosidade, e a população tem razão. Quando a população reclama que a iniciativa privada tem muito mais agilidade nas ações, nós precisamos concordar. Precisamos fazer com que as coisas públicas tenham mais agilidade.

Quando vemos equipamentos trabalhando na abertura deste desvio, uma máquina, temos que buscar um decreto de emergência, temos que possibilitar que as coisas possam acontecer e o tráfego, o transporte possa continuar sendo feito.

Isso ocorre no âmbito federal, estadual e municipal, eu não tenho nenhuma dúvida. E nós vemos técnicos do DNIT que demoram que tem dificuldade, que tem pouco conhecimento, e às vezes, deixando a impressão de que tem também, pouca vontade.

Por isso, tenho que deixar, antes de entrarmos em recesso, registrado aqui nesta tribuna que não me conformo com esta demora, deputado Neodi Saretta, e sei que v.exa. também concorda com isso.

Participamos, juntos, de uma reunião com os prefeitos da Amauc e sei que v.exa., já se pronunciou aqui neste sentido. Nós devemos ser a voz daqueles que nos concederam poder para defendê-los, não podemos calar, precisamos fazer este apelo para que as coisas possam acontecer com mais agilidade, com mais necessidade.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Moacir Sopelsa, de fato é um absurdo imaginarmos nesta época uma rodovia importantíssima, uma rodovia federal, que corta diversos estados do Brasil, ficar interrompida por 40, 50 dias. V. Exa. tem razão.

Quero me somar a isso, como v.exa., disse, eu já me manifestei sobre isso anteriormente também. Fizemos documentos, contatos, mas temos que fazer uma força grande de todas as lideranças.

É impossível continuar, deixando a BR-153 totalmente obstruída, inclusive, a ligação entre Rio Grande e Santa Catarina, exatamente ali. O trecho mais complicado é no Rio Grande do Sul, mas é uma rodovia que vem para Santa Catarina e que precisa realmente de uma solução urgente. Nós temos que pressionar o máximo possível para que isso aconteça.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado deputado, incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

Eu ainda quero, deputado Padre Pedro Baldissera, cumprimentar os nossos companheiros que estão aqui, os nossos vereadores, nosso ex-vice-prefeito de Otacílio Costa, o vereador Luiz de Otacílio Costa, o nosso vereador Celito e também cumprimentar o Genildo, também nosso suplente de vereador.

Dizer ao Tibúrcio e aos nossos companheiros, ao Celito, ao Luiz, que sejam todos bem-vindos. O Luis também é um sindicalista de Otacílio Costa. Bom trabalho e que vocês consigam alcançar os pleitos aqui na capital.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Moacir Sopelsa.

O Sr. Deputado Mauricio Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauricio Eskudlark.

O Sr. deputado Mauricio Eskudlark - Só para complementar e saudar o meu amigo Marcio Almeida, o nosso querido vereador Bicudo. Ele e o Cesar que estão fazendo a visita aqui na Assembleia Legislativa, reivindicando para que Pouso Redondo possa receber um delegado de Polícia.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro.

Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Esta Presidência faz um apelo aos parlamentares que estão nos gabinetes para que se façam presente no Plenário, pois às 16h estaremos aqui apreciando matérias importantes como a própria LDO.

Está suspensa a presente sessão até a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0013/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o prefeito de Canoinhas, que se faz presente na Casa, bem como o ex-secretário regional da SDR de Mafra até hoje, sr. Hélio Cesar Wendt; e o novo secretário da regional, sr. Abel Schroeder, parabéns pelo cargo que assume. Esperamos que a mudança na referida secretaria Regional faça com que o planalto norte continue crescendo.

Saúdo, também o vice-prefeito de Porto União, que muito nos honra com sua presença. Sejam todos bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar! Da mesma forma, a Presidência deseja a todos uma boa estada neste Parlamento.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Daniel Tozzo.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Sr. presidente, apenas para registrar a presença do prefeito de Guatambu, grande amigo, sr. Pedro Borsoi, que nos honra com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência deseja uma boa estada neste Parlamento, sr. prefeito.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0231/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0478/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0124/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação turno único do Projeto de Lei n. 0329/2013, de origem governamental, que autoriza a alienação de imóvel no município de Florianópolis (captação de recursos para o Fundo Patrimonial).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e a de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0079/2014, de origem governamental, que denomina professora Helena Terezinha Ribeiro Pinheiro a Arena Multiuso anexa à Escola de educação Básica General José Pinto Sombra, na rede pública estadual no município de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0105/2014, de origem governamental, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditivas e modificativas.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0166/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica São Francisco, de Videira.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0031/2014, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de

utilidade pública o Instituto Consciência Ativa, do município de Biguaçu.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0169/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que declara de utilidade pública a Associação Centro de Educação Juvenil e Espaço da Criança, de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0164/2014, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara de utilidade pública a Fazendo Fita Cia. Artística, no município de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0120/2014, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica Cavaleiros Templários do Oriente de Joaçaba.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução n. 0003/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que altera o art. 266 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução n. 0005/2008 (tramitação da proposta de emenda à Constituição).

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, apenas a título de esclarecimento aos demais srs. deputados, quero dizer que essa proposta de resolução prevê, na verdade, que no âmbito de tramitação das matérias, nesta Casa, além da comissão de Constituição e Justiça admitir a juridicidade do projeto de lei, também que seja enviado à comissão de especial de mérito.

Então, inicialmente, nosso projeto previa apenas a comissão de mérito e v.exa. fez uma emenda substitutiva global permitindo que além da CCJ fosse também à comissão de mérito.

Assim, entendemos que o projeto ficou muito bom e pedimos a aprovação dos demais deputados.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito os devidos esclarecimentos.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0392/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a instituição de equipe de transição, por candidato eleito para o cargo de governador do estado ou prefeito municipal.

Ao presente Projeto foram apresentadas emendas aditivas e modificativas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0082/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual da Pessoa com Deficiência Visual, a ser comemorado, anualmente, no dia 18 de junho, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0564/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, que institui o Dia Estadual do Rio do Peixe, no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei. 0102/2014, de autoria do deputado Dado Cherem, que denomina Prefeito Gilberto Américo Meirinho o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Presidente João Goulart, no município de Balneário Camboriú.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0121/2014, de autoria do deputado Edison Andrino, que institui o Dia Estadual do Profissional de Eventos, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado presidente. Quero apenas agradecer a compreensão dos deputados, que compõem a comissão de Finanças e Tributação e os se encontram no plenário, pela aprovação unânime do nosso relatório da LDO. O esforço de todos no sentido de mais uma vez cumprirmos o nosso compromisso Constitucional legal com as emendas do Orçamento Regionalizado, pois todas elas foram incluídas no nosso relatório; e também tentar atender em parte as demandas, as solicitações dos srs. e sras. deputadas no que diz respeito às emendas individuais.

Pudemos acatar apenas as emendas que foram de amplitude estadual porque entendemos que as políticas locais e regionais têm que ser debatidas nas audiências públicas. E esse relatório foi aprovado por unanimidade.

Tínhamos em discussão, e acabamos retirando da pauta, mas com certeza a próxima legislatura vai voltar a este tema, a possibilidade das emendas individuais, porque isso também é uma prerrogativa parlamentar que, infelizmente, nos últimos anos não temos conseguido incluir no Orçamento. Mas como era um assunto polêmico sob o ponto de vista da tecnicidade e também um pouco da questão da constitucionalidade, não entramos para criar uma discussão mais profunda, mas tenho certeza de que no ano que vem este assunto voltará à baila.

Então, agradeço a aprovação unânime e a compreensão de todos os colegas deputados.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Está feito o registro do deputado Gilmar Knaesel, presidente da Comissão de Finanças e Tributação desta Casa e relator da LDO. Oportuno o registro, sr. deputado. De fato, houve o empenho de todos os parlamentares para que pudéssemos hoje apreciar a LDO.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h16.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 019ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2014 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Resolução n. 0003/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que altera o art. n. 0266 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução n. 0005/2008 (tramitação de proposta de emenda à Constituição).

Ao presente Projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0392/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a instituição de equipe de transição, por candidato eleito, para o cargo de governador do estado ou prefeito municipal.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente Projeto foram apresentadas emendas modificativas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0082/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual da Pessoa com Deficiência Visual, a ser comemorado, anualmente, no dia 18 de junho, no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0564/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, que institui o Dia Estadual do Rio do Peixe, no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0102/2014, de autoria do deputado Dado Cherem, que denomina Prefeito Gilberto Américo Meirinho o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Presidente João Goulart, no município de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0121/2014, de autoria do deputado Edison Andriano, que institui o Dia Estadual do Profissional de Eventos, no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h19, para a votação da redação final dos projetos ora aprovados.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 020ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2014 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16:30h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final ao Projeto de Lei n. 0329/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final ao Projeto de Lei n. 0079/2014.

Não há emendas à redação final.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0105/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0166/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0031/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0169/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0164/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0120/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0003/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0392/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0082/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0564/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0102/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0121/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu gostaria de fazer um registro especial para um colega desta Casa, o deputado licenciado Gelson Merisio.

Seja bem-vindo, sr. deputado, a Casa fica lisonjeada com a sua presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro da presença do nosso sempre presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 367, 368, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 369, 370, de autoria do deputado Reno Caramori; 371, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 372, de autoria do deputado Renato Hinnig; 373, de autoria do deputado Neodi Saretta; 374, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 666, 671, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 667, 670, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 668, de autoria do deputado Aldo Schneider; 669, de autoria do deputado Edison Andriano; 672, de autoria do deputado Reno Caramori; 673, 674, 675, de autoria do deputado Ciro Roza.

Moção n. 71, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada ao ministro da Saúde e ao presidente da Câmara dos Deputados, apelando por urgência na tramitação do Projeto de Iniciativa Popular n. 0321/2013, que visa alterar dispositivos da Lei Complementar n. 0141/2012, com o objetivo específico de garantir a aplicação pela União de montante igual ou superior a 10% de suas receitas correntes brutas para a saúde pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 72, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidente da República e ao ministro da Saúde, apelando por remuneração do procedimento de analgesia de parto repassada pelo SUS às maternidades, bem como pela remuneração condigna dos anestesiológicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 73, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e ao presidente do Senado Federal, manifestando apoio à aprovação do Projeto de Lei n. 4.238/2012, que dispõe sobre o piso nacional de salário dos empregados em empresas particulares que explorem serviços de vigilância e transporte de valores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 74 de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada aos policiais militares João Ostrogurski e Enio Heidemann, manifestando aplausos pela excelência no desempenho de suas funções no 12º Batalhão de Polícia Militar, em Itapema.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 75, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao cabo Natalino de Jesus Fakievica, do 12º Batalhão de Polícia Militar, em Itapema, manifestando aplausos por atitude heróica ao salvar vida de estudante.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, quero agradecer as manifestações de congratulações pelo aniversário, no dia de hoje. Que Deus possa nos iluminar para as próximas milhas.

Quero parabenizar, deputado Gilmar Knaesel, pela forma como conduziu a LDO, dizer que esta Casa cumpre sua missão nesta etapa da Lei de Diretrizes Orçamentárias e que de fato o Executivo possa cumprir aquilo que foi proposto nas inúmeras audiências públicas em que debatemos as demandas de cada região do estado de Santa Catarina.

Registro também, sr. presidente e srs. deputados, a satisfação de ter participado da semana de conscientização sobre o uso indevido de substâncias psicoativas, no município de Campos Novos, parabenizando o Comad daquela cidade, e também membros do nosso Conen - Conselho Estadual de Entorpecentes -, os quais se fizeram presentes. Foi uma concorrida audiência pública, onde pudemos também discutir e debater a questão da drogadição no meio-oeste catarinense, a partir daquele município.

Parabenizo, da mesma forma, o prefeito e os srs. vereadores que estavam

presentes neste evento pela maneira como organizaram, juntamente com o Comad, esta semana e pelo debate que foi realizado naquele seminário através de mesa redonda.

E por falar na questão das drogas, eu gostaria de fazer dois registros. Primeiramente, quero orientar as nossas comunidades terapêuticas que ainda não estão acreditadas, este é o termo técnico que a Fapesc está utilizando, ao Programa Reviver, que agora no próximo dia 25 de julho será aberto o edital para a segunda chamada de comunidades terapêuticas de Santa Catarina.

Nós estamos com 70 comunidades, hoje, acreditadas ao programa e vamos abrir outras vagas para chegarmos a uma centena de comunidades oferecendo mil vagas em nosso estado.

Portanto, quero alertar as comunidades terapêuticas para que estejam atentas ao edital que estará à disposição no próximo dia 25 de julho, até o dia 5 de agosto, no site da Fapesc, Programa Reviver.

Por falar nesta questão de drogadição, eu li com muita atenção a seguinte manchete da revista *Ultimato*: "Crack: o monstro de boca aberta".

Há algumas informações que eu rapidamente gostaria de compartilhar sobre essa questão muito bem pontuada pelos redatores dessa revista em que este assunto foi manchete de capa. De fato, nós não podemos por panos quentes nesta questão, não podemos ficar de braços cruzados, não podemos ser ingênuos quanto isso. Esse monstro de fato existe e se chama *crack*, um monstro muito mais perigoso do que os seus primeiros irmãos, a maconha, o ópio, a cocaína, o álcool, que tem destruído vidas.

O Conselho Nacional de Justiça, falando e comentando sobre a questão do *crack*, traz uma informação interessante que eu gostaria de compartilhar no relatório dessa cartilha sobre o *crack*, como disse, elaborada por este Conselho:

(Passa a ler.)

"Com custo relativamente baixo e alto potencial para gerar dependência química, o *crack* é, dentre as substâncias entorpecentes, aquela que tem causado as consequências mais nefastas em nossa sociedade. A droga atinge grave e diretamente a saúde física e mental dos usuários. Mais do que isso, e de forma muito rápida, debilita laços familiares e relações sociais. Nesta medida, constitui indiscutível fator de aumento das taxas de criminalidade, violência e outros problemas sociais."

Seria desnecessário falar das consequências do uso do *crack*, mas vale a pena relembrar o seguinte:

(Continua lendo)

"Segundo a bióloga Mariana Araguaia, 'cerca de 30% dos usuários [de *crack*] perdem a vida em um prazo de cinco anos - ou pela droga em si ou em consequência de seu uso (suicídio, envolvimento em brigas, 'prestação de contas' com traficantes, comportamento de risco em busca da droga)".

E mais do que isso, o *crack* não é apenas uma droga que mata, mais é uma droga, por incrível que pareça, que tem o poder de mentir. Ele promete fornecer ao usuário sensações de grande prazer, de grande euforia, de extrema autoconfiança, de poder e de ausência de cansaço. E cumpre a sua palavra, só que tudo isso em apenas cinco minutos de conforto, cinco minutos de êxtase, cinco minutos de euforia, e lá se vai tudo o que o

crack pode oferecer. O *crack* esconde o que vem junto com ele: a agitação, a irritabilidade, as alterações de percepção e de pensamento, a taquicardia, os tremores, a perda de apetite e de sono, a perda da saúde e, em alguns casos, naturalmente a perda da vida.

De fato o *crack* escraviza, destrói as famílias e cobra um preço altíssimo dos seus usuários. A dependência química afasta as pessoas dos pais, dos cônjuges, dos filhos. Segundo a Organização Mundial da Saúde, para cada dependente de *crack* ele adoece em torno de si pelo menos 29 pessoas. E é essa dependência que acaba forçando o usuário às vezes a ser de fato um agente da criminalidade.

É claro que o *crack* está presente em todas as cidades. Não há cidade em Santa Catarina e no país onde o *crack* já não tenha chegado. E, apesar das leis, da repressão, da vigilância, da polícia, das prisões, da propaganda contrária, das mortes, das lágrimas, das mães e do desespero dos pais, o *crack* tem sido cada vez mais consumido em nosso país e, por que não dizer, na nossa amada Santa Catarina. Segundo dados da Senad, são 40 mil usuários de *crack* em Santa Catarina.

De dezembro de 2011 a dezembro de 2013, a informação dessa revista é de que o governo federal gastou R\$ 2 bilhões em todo país só com o programa *Crack*, é Possível Vencer. E até o final deste ano pretende-se gastar mais de R\$ 4 bilhões que serão investidos no programa. E mesmo assim estamos com, pelo menos, um milhão de usuários de *crack* em nosso país.

No início deste ano algumas iniciativas deixaram-nos preocupados, como no Uruguai e nos Estados Unidos. Mas continuamos sintonizados com aquilo que a própria ONU - Organização das Nações Unidas - diz, e que todos nós já sabemos: que a liberação da maconha é um eficaz trampolim para outras drogas, inclusive o *crack*, sobretudo entre os jovens, porque, diz o relatório, potencializa o número de consumidores, já que não haveria mais o efeito inibidor da forma como é tratado o *crack* no convívio social ou mesmo o receio de se cometer algo ilegal.

Por tudo isso continuamos, e essa reportagem apenas reforça a nossa posição, na nossa cruzada, na nossa postura e, por que não dizer, na nossa batalha por uma Santa Catarina sem drogas e livre do *crack*.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e público que nos acompanha, queremos, primeiro, falar nesta tribuna sobre duas comemorações, e depois aproveitaremos este momento do término do da Copa do Mundo para falar um pouco sobre os resultados desse grande evento para o nosso país, para o povo brasileiro e para a economia.

Primeiro falarei de duas comemorações. Estamos iniciando o Cadastro Ambiental Rural em Santa Catarina, uma ação articulada no novo Código Florestal Brasileiro que trouxe o CAR que facilita a vida da agricultura familiar para que todos os agricultores familiares, dentro de um ano, possam se cadastrar e estar em dia com as suas questões ambientais. E esse cadastro não vai ter custo para os nossos agricultores.

Então, essa é uma das grandes conquistas dos últimos anos. Devemos ter, em Santa Catarina, srs. deputados, 350 mil propriedades que vão-se cadastrar e colocar em dia com as questões ambientais.

É bom lembrar que antes do CAR era feito todo um processo extremamente burocrático e que havia um custo muito alto para os nossos agricultores fazer toda essa burocracia e a averbação da reserva legal.

Inclusive, tivemos várias audiências junto ao Tribunal de Justiça do Estado, com a Corregedoria de Justiça, para tratar do tema da transferência de escritura e averbação da reserva legal.

Então, isso agora também já se resolveu na grande maioria dos municípios, mas ainda tivemos informações de alguns cartórios que ainda não estão aceitando esse cadastro, essa forma para a transferência de escritura que nós entendemos perfeitamente legal, legítima, e que precisa ser ainda resolvida, e é disso que estamos tratando.

A segunda grande conquista é que tivemos, hoje, a informação de que o ministério da Saúde destinará mais R\$ 4 milhões para o governo do estado de Santa Catarina, que serão aplicados em cirurgias eletivas.

Então teremos mais um grande número de catarinenses que serão beneficiados, sendo que a união, o governo federal, mais uma vez participa com recursos extras para Santa Catarina, além dos recursos que já estão vindo para o estado pelo SUS para fazer essas cirurgias para o povo catarinense.

Portanto, essa é mais uma grande conquista. Ao todo são R\$ 67,2 milhões destinados para cirurgias eletivas no Brasil e Santa Catarina recebe uma boa fatia disso, que são R\$ 4 milhões que serão repassados para o governo poder auxiliar nessas cirurgias eletivas no nosso estado.

Mas quero abordar o assunto principal da minha fala, hoje. Nesses últimos meses, especialmente a grande mídia nacional, trouxe informações pregando o caos na Copa do Mundo no Brasil. Felizmente, o povo brasileiro deu um grande exemplo e fez um grande *show* nos estádios do Brasil, contrapondo, inclusive, àqueles que apostaram e torceram não contra a Copa, mas contra o Brasil. Chegamos ao ponto, inclusive, de passar por situações onde setores da elite brasileira tentaram esvaziar a festa, não colocando bandeiras, camisas para que o povo pudesse comemorar com esta animação como foi comemorada esta Copa do Mundo.

Outra questão importante é que até o presente momento, com a fiscalização e o acompanhamento do Tribunal de Contas da União, o ministério Público e todos os órgãos de fiscalização e acompanhamento não tiveram nenhuma denúncia de desvios de todos esses investimentos que foram feitos nesses belos estádios, que ficarão como grandes investimentos de infraestrutura. Chegaram a fazer toda esta campanha contra os investimentos na Copa, sendo que grande parte dos recursos, a grande maioria, será devolvida, porque são empréstimos do BNDES para as empresas que construíram os estádios.

Então, o povo brasileiro dá esse grande *show* na Copa do Mundo. Setores da economia, trabalhadores se beneficiaram. Foram abertos um milhão de empregos gerados na Copa do Mundo, e torno de 15% dos empregos gerados durante o governo da presidente Dilma, R\$ 30 bilhões injetados na nossa economia pela realização dessa Copa.

Tivemos lendo algumas reportagens, matérias que foram construídas por vários setores, organizações que nos chamam atenção, e o Brasil, de fato, foi premiado pela responsabilidade, pela ousadia do nosso presidente Lula em trazer a Copa das Confederações ao Brasil, que já injetou em torno de R\$ 8 bilhões na economia brasileira. A Copa do Mundo mostrou o Brasil para o mundo. Foi acertado realizar a copa em 12 regiões diferentes. Portanto, as pessoas que vieram, mais de 600 mil estrangeiros, passaram por todas as regiões onde foram realizados os jogos, mostrando as nossas belezas naturais, o nosso potencial econômico, trazendo empresários, que não vieram somente para acompanhar a Copa, mas para fazer negócios.

Então, se fez muitos negócios durante esse período. O turismo brasileiro, não apenas durante a Copa do Mundo, mas para o futuro, vai receber muitos investimentos, muitas pessoas que vem para cá, como é o caso da Alemanha, que ficou hospedada e criou uma sede na Bahia, conhecendo bem melhor a região, o nosso litoral brasileiro. E muitos turistas no futuro virão para o Brasil porque conhecerão as belezas através da realização da Copa. Vamos ter outro grande evento no ano que vem, que são as olimpíadas.

Então, parabéns ao povo brasileiro, em primeiro lugar; parabéns ao nosso ex-presidente Lula, que teve a coragem e a ousadia de assumir, já lá atrás, que o Brasil tem a capacidade de fazer uma grande Copa do Mundo. Por isso, a imprensa nacional, durante uma pesquisa realizada, elogiou o grande potencial, a grande capacidade dos voluntários que ajudaram na realização da Copa, eleita como uma da melhor Copa desses anos todos.

Então, gostaria de trazer esse assunto, na tarde de hoje, com uma grande alegria. Infelizmente, a nossa Seleção não se saiu tão bem quanto o governo, ela não deu a devida resposta que o povo brasileiro deu, que o nosso governo deu com os grandes investimentos que fez e que, como diz a nossa presidente, não serão levados embora pelos turistas nas suas malas, vão ficar onde estão, a exemplo da estrutura do aeroporto de Brasília, de Guarulhos, de São Paulo, e tantos outros aeroportos que tiveram grandes investimentos e que vão agora ficar para atender, da melhor forma possível, o povo brasileiro.

Chamou-me atenção um dado do Sebrae nacional, que fez um grande investimento em preparar as nossas microempresas para atender, trabalhar, produzir e colocar produtos à disposição dos nossos turistas e dos participantes da Copa do Mundo. Segundo o Sebrae, temos um dado de que tivemos um investimento, um ganho das próprias microempresas em torno de R\$ 700 milhões durante a Copa do Mundo. Portanto, é um resultado econômico também das nossas micro e pequenas empresas.

Para encerrar a minha fala sobre esse grande momento que o Brasil viveu na Copa do Mundo, quero dizer que, com certeza, o mundo enxerga o Brasil, neste momento, de forma diferenciada. O nosso país, infelizmente, era conhecido somente pela violência, por ser o país do futebol, do carnaval, mas agora o Brasil mostrou as suas belezas naturais, a sua economia, o seu potencial de investimento para o trabalho e a condição especialmente do seu povo.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch. Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, o próximo orador inscrito é o deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado Kennedy Nunes, que preside esta sessão, srs. deputados, quero falar, na tarde de hoje, primeiramente, sobre as nossas duas indicações, que foram aprovadas no plenário desta tarde. A primeira delas diz respeito ao quadro de pessoal da secretaria de estado da Agricultura e da Pesca, da Cidasc e da Epagri, do nosso estado.

Nós vimos aqui, deputado Reno Caramori, hoje, vários deputados falarem da pujança da nossa agricultura, da nossa exportação. E tudo isso tem um nascedouro na ciência, na assistência técnica, na ciência agrícola e na pesquisa de Santa Catarina.

Hoje, o nosso estado é livre na produção de alimentos, exporta carnes de suínos, de frangos para diversos países do mundo. Enfim, temos metas que nos orgulham muito. Com apenas 1% do território nacional somos o sexto produtor nacional de alimentos, de forma que acreditamos que o estado necessita, neste momento, rever a sua estrutura para desenvolver ainda mais a pesquisa e estabelecer políticas públicas para o meio rural. Nós não podemos abandonar, de forma nenhuma, a ciência e a tecnologia, são elas responsáveis pela qualidade, pela pujança da agricultura familiar.

Na Indicação n. 367/2014, solicitamos ao governo do estado a realização de concurso público para a secretaria da Agricultura e Pesca, pois o número de servidores daquela secretaria não é suficiente para atender todas as demandas do estado. Temos aqui o ex-secretário da Agricultura, deputado Moacir Sopelsa, que falava há pouco em seu pronunciamento que hoje não temos pessoas para fiscalizar as diferentes barreiras. Há técnicos que param os veículos que entram do Paraná e Santa Catarina, mas a Cidasc não tem técnico para fiscalizar os produtos com conhecimento suficiente, médicos veterinários, zootecnista e engenheiros agrônomos.

Isso tudo tem uma raiz. A secretaria da Agricultura possui hoje 110 funcionários, servidores, desses, 69 são cedidos da Epagri e da Cidasc e estão prestando serviço para a secretaria da Agricultura; 27 são comissionados, muitos deles não têm vocação nem conhecimento para ocupar algumas funções que ali estão; e somente 18 funcionários são efetivos da secretaria da Agricultura.

Esse número, deputado Reno Caramori, de Caçador, demonstra que a secretaria está com o seu quadro defasado nos últimos anos. Não existe um Plano de Cargos e Salários e isso desestimula. Um estado que se orgulha da produção agrícola não pode ter uma secretaria da Agricultura e da Pesca com apenas 18 funcionários efetivos. É necessário que a secretaria da Agricultura, que o governo do estado, de uma vez por todas, restabeleça um Plano de Cargos e Salários para a secretaria da Agricultura reenquadrando ela no eixo de outras secretarias, como a de Administração e tantas outras, mas que faça concurso público restabelecendo um quadro técnico necessário.

A outra indicação que fizemos na tarde de hoje e submetemos a este Parlamento foi a Indicação n. 0368/2014, pedindo que o governo do estado agilize o fechamento do acordo coletivo de trabalho da Epagri e da Cidasc.

Nós já estamos entrando no mês de agosto, passou o período eleitoral e, mesmo assim, os funcionários da Cidasc, da Epagri, todos eles, desde o administrativo ao mais qualificado técnico de uma estação experimental, não têm ainda o acordo coletivo de trabalho assinado, causando um transtorno muito grande para os funcionários, perdas financeiras irrecuperáveis e também prejuízo para os nossos agricultores, porque o funcionário desestimulado não produz a mesma coisa e demonstra mais uma vez também a falta de sensibilidade do governo do estado com os servidores da Agricultura, da Epagri, que têm uma história de mais de 40 anos, que formou toda a base da agricultura familiar e que hoje orgulha Santa Catarina como um dos estados que mais exporta uma série de produtos.

Por isso, no nosso entendimento, ao postergar a assinatura do acordo coletivo de 2014, o governo do estado demonstra falta de prioridade no setor agrícola, falta de consideração com funcionários graduados, funcionários de serviço, de campo, que fazem a diferença para o agronegócio e para a agricultura familiar catarinense.

Por que exportamos carne de frango, carne de suíno, carne de gado? Por causa da sanidade animal, deputado Reno Caramori, v.exa. que já viajou para o Japão sabe do conceito que tem a nossa agricultura lá, construída ao longo dos anos pela Cidasc, e esses mesmos funcionários que dão condições para que a agroindústria possa exportar, não têm o reconhecimento ao assinar um acordo coletivo que nem tem um aumento salarial significativo, apenas para reposição da inflação. Os salários da agricultura, de maneira geral, estão muito defasados neste estado, não condizem com a qualidade de serviços prestados pelos servidores da Epagri, da Cidasc, da secretaria da Agricultura, não fazem justiça à pujança dos nossos funcionários.

Por isso, deputado Reno Caramori, v.exa. que é ligado ao setor, sabe que Caçador que tem uma estação experimental da Epagri que muito nos orgulha.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Ouço o seu aparte com muito orgulho.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado José Milton Scheffer, v.exa. tem toda razão e sua fala é pertinente, pois há poucos dias conversava com o governador juntamente com o pessoal da secretaria, assim que o dr. Aírton Spies, um grande técnico e conhecedor da área, assumiu a secretaria. Trocamos ideia e o governador foi taxativo dizendo que reconhece a deficiência que temos nesse setor, mas já conseguimos acertar o problema da Cidasc, a brincagem, o problema do GTA eletrônico, o problema do GTA do cavalo, que antes não tinha, o GTA do boi, acertamos um monte de probleminhas para favorecer todo esse processo administrativo da Cidasc e da Epagri.

Temos um grande mestre lá em Caçador onde trocamos muitas ideias, o dr. Petri, que me mostra também o avanço que já houve na Cidasc, mas ainda restam setores

que realmente têm que ser revistos urgentemente.

No governo passado v.exa. lembra o quanto frisei a questão da manutenção da Epagri e da Cidasc. Cheguei a dizer que temos que cuidar da Epagri e dos técnicos como cuidamos da nossa mulher: com muito carinho, com muita responsabilidade, dando tudo o que é possível e o que precisamos para manter de pé essas duas empresas. Sabemos da responsabilidade, viajamos bastante com o setor cooperativista, que é um dos grandes baluartes nessa área da manutenção, do cuidado, não apenas com a genética, mas na defesa sanitária animal e vegetal.

Podem ter certeza de que o governo está muito preocupado, e eu falava há poucos dias também com o sr. Herman que me dizia estar com um problema sério para resolver, mas tem que achar uma solução porque esse pessoal não pode ficar perecendo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado Reno Caramori, nos próximos dias está previsto uma paralisação, inclusive do serviço de inspeção da Cidasc, de fiscalização, que pode, sem dúvida nenhuma, prejudicar muito as exportações de carne e de outros produtos de Santa Catarina.

Então, é um gesto simples e queremos, dessa tribuna, sensibilizar todos os envolvidos para que se assine, o mais rápido possível, esse acordo coletivo.

Outro assunto que gostaria de citar, na tarde de hoje, é a aprovação na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mais especificamente, uma emenda de nossa autoria, que propõe junto com a LDO, a criação de um programa para compensação aos hospitais filantrópicos de Santa Catarina, principalmente aos hospitais que atendem a baixa e a média complexidade no estado, pela grande defasagem. Durante um ano os hospitais filantrópicos de Santa Catarina têm uma defasagem na ordem de R\$ 400 milhões pela não atualização da tabela do SUS na prestação de serviço de média e baixa complexidade.

Quero agradecer a todos os membros da comissão de finanças pela aprovação dessa emenda de nossa autoria que permite junto ao Fundo Estadual de Saúde criar um programa de compensação financeira para esses hospitais que estão sendo levados à falência.

Os hospitais filantrópicos deste estado, administrados por instituições religiosas, comunitárias são em número de 182, atendem a 70% do público usuário do estado. E são esses hospitais os mais prejudicados. Para cada R\$ 100,00 de despesas que têm com um paciente do SUS, recebem apenas R\$ 40,00. Isso cria uma defasagem muito grande. E, ao aprovar esse programa de compensação aos hospitais, a Assembleia Legislativa mostra sensibilidade e visão, pois se trata de uma questão de justiça para com essas instituições que ao longo dos anos têm feito a diferença.

O pequeno hospital da pequena cidade de Santa Catarina é o responsável pelo primeiro atendimento ao usuário e sofre com a defasagem do sistema SUS, que lhe causa um prejuízo muito grande. Então, a Assembleia Legislativa, através da comissão de Finanças, nesta tarde, aprovando essa emenda, cria condições para que o governo do estado com o seu orçamento para o próximo ano, possa desenvolver um sistema de compensação incentivando ainda mais a melhoria da qualidade e a quantidade dos atendimentos do sistema SUS nos nossos hospitais.

Essa é uma medida de grande relevância e quero agradecer aqui a todos os deputados que aprovaram a emenda, que, com certeza, fará a diferença na melhoria da qualidade do atendimento hospitalar neste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Quero inicialmente saudar todos os visitantes que estão na galeria desta casa, e de forma muito especial o secretário do desenvolvimento Regional de Brusque, sr. Jones Bosio, que está nesta capital justamente trazendo as reivindicações da região e dando encaminhamento a inúmeras ações que o governo desenvolve em toda aquela regional. Ele tem sido muito eficiente em dar prosseguimento a todas as intenções das lideranças da cidade e está fazendo uma grande interação entre os entes políticos.

Quero ainda cumprimentar o deputado Milton Scheffer que apresenta um projeto sugerindo ao governo do estado criar uma compensação aos hospitais filantrópicos que atendem pelo SUS. Esses hospitais realmente atendem a um grande volume da população deste estado, e de fato o custo dos procedimentos, seja nesta capital ou no interior do estado, é mais ou menos igual.

No hospital público, 20% dos custos vêm do SUS e 80% do governo. No hospital filantrópico o custo é o mesmo, e 20% vêm do SUS, os outros 20% juntam de alguma maneira, através de doação da comunidade, fazendo rifa, jantar beneficente e tal, e o restante dos custos fica no rolo. Não existe nenhum hospital que, do ponto de vista financeiro, esteja bem, porque o que recebem do SUS apenas cobre 20% dos custos totais.

Na Bahia, o governador do PT implantou um hospital, o Hospital do Subúrbio, e, dos R\$ 150 milhões que gastou para manter o hospital, R\$ 30 milhões vieram do SUS e o restante do custo veio do próprio governo. Aqui, em Florianópolis, nos últimos cinco anos, o que o hospital recebeu corresponde a 20% do que o hospital gastou para fazer os atendimentos, e isso corre também nos hospitais do interior. Então, quem paga a conta acaba sendo os funcionários, que ganham pouco, os médicos, que prestam o atendimento e que o hospital não consegue pagar, pois os honorários médicos são recebidos pelo hospital em conta única e este não consegue repassá-los. E não é que não queira, mas é que primeiro paga-se a conta da lavanderia, do mercado, o salário dos funcionários, e depois, acaba o dinheiro. E daí os médicos e os anestesistas ficam dizendo que não fazem cirurgia pelo SUS porque não são pagos. E é verdade, porque o SUS pagou para o hospital, mas o médico não recebeu.

Hoje eu ouvi, na propaganda eleitoral, um candidato dizendo que há alguns anos havia a "ambulancioterapia" e agora já existe a "ônibusterapia" para transferir pacientes, e é um tema que temos abordado bastante. Mas eu queria saudar o reitor da Unoesc, professor Aristides, que é também o presidente da Acafe; e o reitor Sebastião Salésio, da Unisul, vice-presidente da Acafe.

Nós tivemos uma audiência com ele, justamente para abordar um tema muito importante, porque trata do financiamento do ensino superior. O Brasil entre os 80 países em desenvolvimento é o octogésimo, ou seja, é o

último, perde para a China, para a Argentina, para a Bolívia, para o Chile, para 79 países. Por quê? Porque nós investimos pouco na educação.

Santa Catarina ainda é um destaque nacional, porque aqui temos o tal do artigo 170 e o artigo 171, que nenhum outro estado tem, em que o governo coloca, através desse artigo, aproximadamente R\$ 130 milhões para financiar o ensino, ajudar os alunos mais carentes. Depois tem o Fiesc, que é uma operação de banco e que por isso muita gente usa, mas também tem uma limitação. E nós não temos um sistema próprio, abraçado pelo governo de financiar a educação, de financiar a formação universitária para tantos jovens. Nós temos mais de 300 mil jovens cursando em diversas faculdades privadas ou não, também no ensino a distância. E existem outros tantos jovens que nem tentaram cursar, porque não tem como pagar a faculdade. E hoje o artigo 170 ajuda os mais carentes. Uma família que recebe R\$ 1.100,00 já está fora, não ganha ajuda. Ora, como uma família que tem a renda de R\$ 1.200,00 vai pagar um curso que custa R\$ 700,00 ou mais?

Isso mostra que não temos um sistema alternativo que possa bancar, auxiliar os alunos que queiram fazer a faculdade. Por isso, estamos apresentando o Projeto de Lei n.

0215, em que esta Casa cria uma unidade de referência universitária. que é uma referência para quem faz a faculdade, transformando tudo que ele teria que pagar em número de unidades. Ao final do ano o estudante terá 100 ou 300 unidades e, ao final do curso, estará devendo 500 unidades, por exemplo. Quando ele se formar, quando ele estiver empregado, ele vai lá todo mês paga 10, 15 unidades, ou seja, até quitar sua dívida de unidades, usadas quando cursou a faculdade, sem juros, sem taxa de administração, sem cobrança de banco. E com isso, sr. presidente, imagino, seria possível, se o governo do estado todos os anos investisse R\$ 1 bilhão, em cinco ou seis anos, seriam muitos bilhões, R\$ 6 ou R\$ 7 bilhões. A Copa custou R\$ 30 bilhões.

Este ano o governo está gastando em obras de infraestrutura R\$ 11 bilhões, isso demonstra que existe o dinheiro. É questão de dar prioridade, preferência e, quem sabe, fazer uma grande revolução.

Para concluir, essa unidade de referência universitária seria utilizada pelos alunos que quisessem fazer uma faculdade, crédito por crédito. E, ao terminar sua formação, ele pagaria. Seria mais ou menos como se fosse o CUB, da construção civil. A maior parte dos imóveis é financiado direto com o construtor pelo índice do CUB. E aqui na

universidade também poderíamos criar um custo universitário básico, unidade de referência universitária, que seria para ele pagar depois de formado, já empregado. Tenho certeza de que essa unidade, que será corrigida e elaborada em parceria, conforme o projeto, pelos órgãos da educação, instituições, com a participação dos estudantes, enfim, unindo forças representativas tanto universitárias quanto do Ministério Público, será uma forma para garantir o financiamento de muitas pessoas que podem melhorar sua qualidade de vida. Eu acredito que isso será um instrumento legal para realizar o seu sonho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os deputados. (Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias e condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 042-DL, de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

ALTERA o Ato da Presidência nº 030-DL, que concede licença ao Senhor Deputado Dóia Guglielmi, por um período de noventa dias, a contar de 7 de julho e término em 5 de outubro do corrente ano, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 3 de outubro de 2014.

Deputado ROMILDO TITON

Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 043-DL, de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

ALTERA o Ato da Presidência nº 031-DL, que concede licença ao Senhor Deputado Darci de Matos, no período de 7 de julho a 7 de outubro do corrente ano, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 7 de outubro de 2014.

Deputado ROMILDO TITON

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1839/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 024/2014, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: GRUPO GERADOR SINGELO, LINHA DIESEL COM POTÊNCIA PRINCIPAL DE 434 KVA.

Vencedora:

Vencedora: ELETRONEMA LTDA. EPP

Valor do Último Lance: R\$ 172.900,00

Marca: NEMA

Florianópolis, 07 de outubro de 2014

VICTOR INÁCIO KIST

PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 129/2014

REFERENTE: Contrato CL nº 022/2014, celebrado em 24/09/2014.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Wilma Maria Rosa.Me

OBJETO: Aquisição com instalação de 187,8 m² de carpetes, de cor vermelha, marca Avanti.

VALOR GLOBAL: R\$ 24.890,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/93, e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 31 de 10/7/2014 e Edital de Pregão Presencial nº 017 de 13/08/2014.

Florianópolis, 06 de outubro de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente em exercício da ALESC

Wilma Maria Rosa - Sócia

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1873, de 6 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
460	ALESIO DOS PASSOS SANTOS	4	16/9/2014	2212/2014
9196	CARINA JANUARIO	14	15/9/2014	2213/2014
3279	DILCIONIR JOSE GHELLERE	30	22/9/2014	2214/2014
1084	VALTER CLEMENTINO PEREIRA	45	25/9/2014	2215/2014
1353	WALMA CORREA SANTA RITTA	90	12/9/2014	Of. 4317/2014

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1874, de 6 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1141	LAURA BRASCA	90	4/10/2014	2219/2014
1418	REJANE MARI PALUDO GUS CAMARGO	60	29/9/2014	2218/2014
1870	ROSITA NUNES	30	22/9/2014	2217/2014
1924	SONIA REGINA DA SILVA SALUM	90	21/9/2014	2216/2014
1746	FLORINDO TESTONI FILHO (Falecido em 3/10/2014)	11	23/9/2014	2220/2014

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1875, de 6 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2114/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER à servidora **ROSA MARIA DE LACERDA**, matrícula nº 517, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 22 de setembro de 2009 e 21 de setembro de 2014.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1876, de 6 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
JERONIMO LOPES	2492	3%	24%	23/9/2014	2127/2014
ROSEMÉRI BRUNS	6905	3%	3%	13/7/2014	2186/2014

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1877, de 6 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2188/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER ao servidor **CELIO CESAR DA SILVA**, matrícula nº 844, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 26 de setembro de 2009 e 25 de setembro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1878, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EDSON CORREA DA ROCHA**, matrícula nº 9224, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de Outubro de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1879, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **FERNANDO DIAS**, matrícula nº 3671, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de Outubro de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1880, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor JULIO CESAR MARTINS, matrícula nº 3702, de PL/GAB-95 para o PL/GAB-76, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 06 de Outubro de 2014 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1881, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MARINA PANSERA FIGUEREDO ROUSSENG, matrícula nº 7668, de PL/GAB-09 para o PL/GAB-01, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 06 de Outubro de 2014 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1882, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MARIZA SUDBRACK TURATTI, matrícula nº 7546, de PL/GAB-72 para o PL/GAB-71, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 06 de Outubro de 2014 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1883, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LAERCIO MENEGAZ, matrícula nº 4369, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-81, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli - Tubarão).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1884, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **GERVASIO PAULI**, matrícula nº 1562, no Gabinete do Deputado Sílvio Dreveck, a contar de 06 de outubro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1885, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **GERTRUDES FERNANDES REINERT**, matrícula nº 7637, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1886, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora BENTINHA AMORIM, matrícula nº 6029, de PL/GAB-83 para o PL/GAB-80, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1887, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LEOBERTO VITOR CRISTELLI, matrícula nº 7570, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, Atividade Parlamentar Externa/Biométrico, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jean Kuhlmann - Blumenau).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1888, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOSE AUGUSTO REINERT, matrícula nº 7510, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, Atividade Parlamentar Externa/Biométrico, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jean Kuhlmann - Blumenau).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1889, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ADRIANA DE BORBA**, matrícula nº 7644, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1890, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANETI NECI SCHUTZE**, matrícula nº 6463, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Jean Kuhlmann).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1891, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ROSELIO PADOAN, matrícula nº 7416, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jean Kuhlmann - Brusque).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1892, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RAULINO SCHUTZE, matrícula nº 5588, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jean Kuhlmann - Timbó).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1893, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MARCELO BOHRER DE ALMEIDA**, matrícula nº 7671, do cargo de Secretário Parlamentar,

código PL/GAB-42, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1894, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MILTON DONIZETE BARCELOS JUNIOR**, matrícula nº 7666, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1895, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LEONARDO DRABCZYNSCHI VENTURA**, matrícula nº 7672, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1896, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **FABIANE BECKER BONOTTO**, matrícula nº 7674, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1897, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JUAREZ DA SILVA**, matrícula nº 2748, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 06 de Outubro de 2014 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1898, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora JERUSA SCHAUFFLER LEHMKUHL, matrícula nº 5198, de PL/GAB-73 para o PL/GAB-51, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1899, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora LORENE BASTOS FLORES, matrícula nº 5168, de PL/GAB-71 para o PL/GAB-79, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Edison Andrino).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1900, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Paulo França, para o gabinete do Deputado Adilor Guglielmi, a contar de 6 de outubro de 2014.

Matrícula	Nome	Nível
3476	SOLANGE AUREA ROSSO	PL/GAB-84
5313	CLAUDIA ARNS	PL/GAB-47
5656	WLADEMIR WANDERLEI DE FREITAS	PL/GAB-59
5694	CLAUDINO MILAK	PL/GAB-60
6643	FERNANDO HENRIQUE DE BONA SANTIAGO	PL/GAB-37
6639	ANTENOR FERREIRA D'AVILA	PL/GAB-45
6641	BRUNO DAL PONT	PL/GAB-42
6648	TATIANA SILVEIRA DOS SANTOS PREDEBON	PL/GAB-51
6644	GORETE MENDES CORREA BOAROLI	PL/GAB-43
6645	INES VIERO LOCATELLI	PL/GAB-44
6642	ELIAS BRANGEL DE ALMEIDA	PL/GAB-47
6750	VERA REGINA ROGOSKI FLORES	PL/GAB-66
6675	SILVIO ANTONIO PASQUINI FERRO	PL/GAB-47
6749	LAURO COAN FILHO	PL/GAB-84
6751	EDNIR ROSANE MATTOS	PL/GAB-56
6757	NUBIA SIMARA MEDEIROS DA SILVA	PL/GAB-55
6807	LINO ZILLI	PL/GAB-67
7352	RODRIGO CARDOSO JACQUES	PL/GAB-45
7461	ADÃO SÉRGIO DA SILVA	PL/GAB-45
7501	JÚLIA BECKER	PL/GAB-45
7524	RITA DE CÁSSIA VIANA TEIXEIRA	PL/GAB-55
7606	ANA MARIA RAMOS MELLER	PL/GAB-43

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1901, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Paulo França para o gabinete do Deputado Adilor Guglielmi, a contar de 6 de outubro de 2014.

Matrícula	Nome do Servidor
4991	ARACI FRANCISCA DA SILVA
7625	EMÍLIA MARIA DOS SANTOS DA SILVA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1902, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designada a servidora **ARACI FRANCISCA DA SILVA**, matrícula nº 4991, do gabinete do Deputado Paulo França para o gabinete do Deputado Adilor Guglielmi, a contar de 6 de outubro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1903, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 6 de outubro de 2014.

Gab. Dep. Adilor Guglielmi

Matrícula	Nome	Cidade
7606	ANA MARIA RAMOS MELLER	CRICIÚMA
5694	CLAUDINO MILAK	CRICIÚMA
6751	EDNIR ROSANE MATTOS	MELEIRO
6642	ELIAS BRANGEL DE ALMEIDA	ARARANGUÁ
6645	INES VIERO LOCATELLI	FRAIBURGO
7501	JÚLIA BECKER	CRICIÚMA
6807	LINO ZILLI	IÇARA
7524	RITA DE CÁSSIA VIANA TEIXEIRA	IÇARA
6675	SILVIO ANTONIO PASQUINI FERRO	FORQUILHINHA
6750	VERA REGINA ROGOSKI FLORES	IÇARA
5656	WLADEMIR WANDERLEI DE FREITAS	CRICIÚMA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1904, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa/Biométrico**, a contar de 6 de outubro de 2014.

Gab. Dep. Adilor Guglielmi

Matrícula	Nome	Cidade
7461	ADÃO SÉRGIO DA SILVA	CRICIÚMA
6639	ANTENOR FERREIRA D'AVILA	CRICIÚMA
6641	BRUNO DAL PONT	CRICIÚMA
6644	GORETE MENDES CORREA BOAROLI	CRICIÚMA
6757	NUBIA SIMARA MEDEIROS DA SILVA	CRICIÚMA
7352	RODRIGO CARDOSO JACQUES	CRICIÚMA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1905, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 6 de outubro de 2014.

Gab. Dep. Adilor Guglielmi

Matrícula	Nome do Servidor
5313	CLAUDIA ARNS
6643	FERNANDO HENRIQUE DE BONA SANTIAGO
6749	LAURO COAN FILHO

3476	SOLANGE AUREA ROSSO
6648	TATIANA SILVEIRA DOS SANTOS PREDEBON

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1906, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Daniel Tozzo, para o gabinete do Deputado Gelson Merisio, a contar de 8 de outubro de 2014.

Matrícula	Nome	Nível
2281	JURANI ACELIO MIRANDA	PL/GAB-81
2632	ZENEIDE BACCIN SILVEIRA	PL/GAB-22
4018	ILCE MARIA WATTE	PL/GAB-43
4884	DILMA CRUZ PEREIRA	PL/GAB-14
4928	JAQUELINE SILVEIRA DOS SANTOS SOUZA	PL/GAB-01
5245	ANDREY WESSLER	PL/GAB-07
5583	CARMEN ROSA JAGNOW	PL/GAB-68
5664	PAULO ROBERTO MONAUAR	PL/GAB-37
5997	MARLENE FENGLER	PL/GAB-90
6275	EDELSON ELIAS DA SILVA	PL/GAB-85
6271	LORECI SALETE WALCZAK CENTENARO	PL/GAB-17
6289	JULIA GARCIA	PL/GAB-83
7451	KARINE APARECIDA LUCINDA	PL/GAB-39
7197	DIEGO RENAN SCHELLER	PL/GAB-61
7245	SONIA TEREZINHA PRIMON ZENATTI	PL/GAB-43
7238	LUIZ RICARDO GARBIN SCHARNOSKI	PL/GAB-34
7393	RENATA ALBUQUERQUE PALAORO GIORDANI	PL/GAB-70
7442	HARRI WALTER HUBNER	PL/GAB-57
7456	PAMELA THAIS STALLBAUM	PL/GAB-63
7547	FILIPPE ROCHA CARAMORI	PL/GAB-37
7551	OSMAR PEREIRA JUNIOR	PL/GAB-43
7572	ANA PAULA BORTOLUZZI	PL/GAB-22

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1907, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **ARNO JOAO JERONIMO**, matrícula nº 1406, do gabinete do Deputado Daniel Tozzo para o gabinete do Deputado Gelson Merisio, a contar de 8 de outubro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1908, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Daniel Tozzo para o gabinete do Deputado Gelson Merisio, a contar de 8 de outubro de 2014.

Matrícula	Nome do Servidor
1406	ARNO JOAO JERONIMO
3365	ELDIMAR CLAUDIO JAGNOW
9161	ORANDINA MARIA VIEIRA
7649	ADRIANA JUSSARA PAPINI GAVA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1909, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem

Atividade Parlamentar Externa, a contar de 8 de outubro de 2014.

Gab. Dep. Gelson Merisio

Matrícula	Nome	Cidade
5245	ANDREY WESSLER	SÃO JOSÉ
7197	DIEGO RENAN SCHELLER	ATALANTA
2281	JURANI ACELIO MIRANDA	FLORIANÓPOLIS
6271	LORECI SALETE WALCZAK CENTENARO	XANXERÊ
7238	LUIZ RICARDO GARBIN SCHARNOSKI	SÃO MIGUEL D'OESTE
7551	OSMAR PEREIRA JUNIOR	BRUSQUE
7456	PAMELA THAIS STALLBAUM	CONCÓRDIA
7245	SONIA TEREZINHA PRIMON ZENATTI	MODELO

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1910, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem

Atividade Parlamentar Externa/Biométrico, a contar de 8 de outubro de 2014.

Gab. Dep. Gelson Merisio

Matrícula	Nome	Cidade
5583	CARMEN ROSA JAGNOW	CHAPECÓ
4884	DILMA CRUZ PEREIRA	CHAPECÓ
7442	HARRI WALTER HUBNER	CHAPECÓ
5664	PAULO ROBERTO MONAUAR	CHAPECÓ

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1911, de 7 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem

Atividade Administrativa Interna, a contar de 8 de outubro de 2014.

Gab. Dep. Gelson Merisio

Matrícula	Nome do Servidor
7572	ANA PAULA BORTOLUZZI
6275	EDELSON ELIAS DA SILVA
7547	FILIPPE ROCHA CARAMORI
4018	ILCE MARIA WATTE
4928	JAQUELINE SILVEIRA DOS SANTOS SOUZA
6289	JULIA GARCIA
7451	KARINE APARECIDA LUCINDA
5997	MARLENE FENGLER
7393	RENATA ALBUQUERQUE PALAORO GIORDANI
2632	ZENEIDE BACCIN SILVEIRA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 0255.0/2014**

Declara de utilidade pública a Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul, de Jaraguá do Sul, Santa Catarina.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul, com sede no Município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências o proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul, fundada em 13 de outubro de 2010, com sede no Município de Jaraguá do Sul, Santa Catarina

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo prestar atividades assistenciais na área de saúde e atividades educacionais relacionados à saúde. A Associação assumiu a gestão do Hospital São José, possibilitando o atendimento humanizado e integral a mais de 614.000 pessoas vindas de todo Norte catarinense e se constitui em uma importante unidade de atendimento à saúde, direito constitucionalmente garantido.

Solicito o acolhimento da presente proposição, a qual submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados, para que a entidade possa usufruir dos direitos previstos na legislação vigente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0256.1/2014

Declara de utilidade pública a Instituição Espiritualista Nosso Lar, do município de Tubarão.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Instituição Espiritualista Nosso Lar, com sede no município de Tubarão.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo 1º, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em

Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade pública estadual a Instituição Espiritualista Nosso Lar, com sede no município de Tubarão.

Destaca-se a relevância dos propósitos em que se pauta a referida entidade, que é sem fins econômicos e lucrativos, pois possui a finalidade precípua de atuar na filantropia, com caráter organizacional, assistencial, recreativo e promocional, na defesa dos direitos sociais, prestando apoio e orientação individual e coletiva, na divulgação do espiritualismo como filosofia e ciência, objetivando a evangelização do ser humano, em conformidade com o que preceitua os princípios cristãos.

A entidade mantém atividades e atuação das mais variadas na área da assistência social, educacional, cultural e também praticando a caridade como dever social, tendo como objetivo a formação, a evangelização e a vivência dos valores da família, dos valores humanos e morais.

Assim, com a juntada dos documentos em anexo, por conseguinte, solicito aos Nobres Pares o apoio e acolhimento da presente proposição para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

Deputado José Milton Scheffer

*** X X X ***